



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VANDERLEIA DOS SANTOS

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E NOVAS RURALIDADES:
representações do turismo rural no município de AREIA/PB**

CAMPINA GRANDE – PB
2013

VANDERLEIA DOS SANTOS

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E NOVAS RURALIDADES:
representações do turismo rural no município de AREIA/PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Curso de Mestrado da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ramonildes Alves Gomes

CAMPINA GRANDE – PB

2013

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

S237d

Santos, Vanderleia dos.

Desenvolvimento local e novas ruralidades [manuscrito] :
representações do turismo rural no município de Areia/PB /
Vanderleia dos Santos. – 2013.
159 f.: il. color.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional).
Universidade Estadual da Paraíba, Pró Reitoria de Pós-
Graduação e Pesquisa, 2013.

“Orientação: Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes,
departamento de pós-graduação em Ciências Sociais”.

1. Turismo rural. 2. Desenvolvimento local. 3. Engenhos.
I. Título.

21. ed. CDD 338.479 1

VANDERLEIA DOS SANTOS

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E NOVAS RURALIDADES:
representações do turismo rural no município de AREIA/PB**

Aprovada em: 17 de Setembro de 2013



Prof.^a. Dr.^a. Ramonildes Alves Gomes – UFCG
Orientadora



Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa - UEPB
Examinador (Interno)



Prof. Dr. Aldenor Gomes da Silva - UFCG
Examinador (Externo)

CAMPINA GRANDE – PB

2013

DEDICATÓRIA

À minha querida mãe, **Maria Angelina dos Santos** (*in memoriam*), uma mulher de coração e espírito abertos, pelo apoio e incentivo que sempre me proporcionou, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

- A **Deus**, pelas oportunidades oferecidas e pela força constante nas lutas diárias.
- À **minha mãe, Maria Angelina dos Santos** (*in memoriam*), que em vida jamais mediu esforços para me incentivar nesta longa caminhada.
- À **minha Orientadora, Ramonildes Alves Gomes**, pela compreensão, paciência e dedicação a mim destinadas.
- A **Luciana Gomes da Silva**, pela amizade, apoio, pelos momentos de descontrações e generosidade.
- Aos **mestres**, pelos conhecimentos e direcionamentos oferecidos.
- Aos **entrevistados**, pela atenção e colaboração, indispensáveis para a confecção do estudo exposto.
- A Todos os **funcionários** da Universidade Estadual da Paraíba, pelos serviços e auxílios disponibilizados.

“... exuberante vegetação cobria a terra feroz. A natureza verde, de árvores gigantescas, na virgindade de seus bosques, dominava pelos encantos dos morros até o alto das quebradas, enquanto lá em baixo, nas várzeas do massapé, entre fios perenes de água corrente, os partidos de cana completavam o fundo da paisagem”.

(Horácio de Almeida, em *Brejo de Areia*)

Resumo

O presente trabalho objetiva analisar as representações e as dinâmicas territoriais vivenciadas no município de Areia, localizado no Estado da Paraíba, frente às novas configurações do espaço rural e a emergência do turismo enquanto atividade alternativa para o desenvolvimento local. Um dos princípios norteadores da abordagem diz respeito às influências que as representações exercem sobre os diferentes atores sociais ante a emergência de uma “nova ruralidade”, que **se** caracteriza por dinâmicas culturais, econômicas e sociais, mobilizando lógicas que reforçam permanências e continuidades, favorecendo processos de transformação e de manutenção das condições de sujeição. Nesse cenário, ganha destaque a presença de atividades não agrícolas em propriedades, cuja tradição era a agricultura, mais especificamente a monocultura da cana de açúcar, situação típica dos engenhos de mel e melaço, cuja expressividade ultrapassa a importância econômica, sendo essas unidades produtoras referências sociais e culturais, mas também de concentração e exploração de centenas de famílias. Impulsionados pelo SEBRAE, Secretarias de Cultura e Turismo de Areia, os proprietários rurais perceberam nos antigos engenhos um potencial para o turismo. Com a possibilidade de incorporar os engenhos e os espaços circundantes à atividade turística, estes passam a figurar como um dos principais atrativos da localidade, favorecendo empreendimentos, como: restaurantes, trilhas ecológicas, casas artesanais, entre outros. Nesse sentido, atores sociais que antes invisibilizados (como moradores e trabalhadores rurais sem terra e sem direitos), têm suas possibilidades ampliadas a partir das demandas geradas pela atividade turística na construção da nova ruralidade. Para realização da pesquisa, análise e reflexões fez-se uso de um conjunto de técnicas de pesquisas entre as quais **as** entrevistas semiestruturadas, foto documentação, observação direta, entre outros. Constatou-se, mediante a realização do estudo, que existem **diversas** lacunas que impossibilitam colocar o espaço rural areense dentro do sistema de turismo, sendo a fragilização de seu sistema receptivo, a estrutura modesta dos estabelecimentos locais e a insuficiente participação do poder público no melhoramento da infraestrutura, alguns dos principais entraves ao estímulo da atividade.

Palavras- chave: Turismo Rural; Desenvolvimento Local; Engenhos do Município de Areia PB;

ABSTRACT

This paper aims to analyze the representations and territorial dynamics experienced in Areia, located in the State of Paraíba, opposite the new settings of the rural and the emergence of tourism as an alternative activity for local development. One of the guiding principles of the approach with regard to the influences that representation has on the different social actors against the emergence of a "new rurality" that is characterized by cultural, economic and social dynamics. It mobilizes logics that reinforce permanence and continuities and also favors transformation process and maintains conditions of subjection. In this scenario is highlighted the presence of non-agricultural activities on properties whose tradition was agriculture, specifically the monoculture of sugarcane, typical situation of mills that manufactures honey and molasses. Whose expressiveness exceeds the economic importance of these mills as social and cultural references, but also of exploration, concentration and exploitation of hundreds families. Driven by SEBRAE and the Departments of Culture and Tourism of Areia, the landowners realized the old mills as a potential force for tourism. With the possibility of incorporating the mills and surrounding areas to tourism, they began to appear as one of the main attractions of the town. It encourages developments such as: restaurants, nature trails, craft houses, among others. In this sense, social actors before invisible (as locals and landless rural workers with no rights), have expanded their scope from the demands generated by tourism in the construction of the new rurality. To conduct the study, analysis and reflections it was made the use of a set of research techniques including semi-structured interviews, photo documentation and direct observation, among others. It was found by the study that are several gaps that prevent putting the rural population of Areia within the tourism system, being the embrittlement of its receptive system, the modest structure of local establishments and insufficient participation of government in improving infrastructure some of the main obstacles to stimulating the activity.

Keywords: Rural Tourism; Local Development; Mills of Areia PB;

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Foto 1: Teatro Minerva e Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	32
Foto 2: A “ Casa Grande” – Engenho Mineiro	35
Foto 3: Solar José Rufino	46
Foto 4: “Casa Grande” do Engenho Várzea (Museu da Rapadura)	47
Foto 5: Depósitos de conservação da cachaça Triunfo	52
Foto 6: Fabricação artesanal da rapadura – Engenho Bujari	54
Foto 7: Moenda utilizada para atração do caldo da cana-de-açúcar – Engenho Mineiro	55
Foto 8: Dependências da Usina Santa Maria – década de 1970	84
Foto 9: Bairro Jussara	86
Foto 10: Fábrica de Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A, na década de 1980	87
Foto 11: Armazéns, almoxarifado e casa de força da fábrica Arenópolis S/A	87
Foto 12: Formas de ocupação do espaço rural areiense: antiga Usina Santa Maria e atual Vila do Caroço	91
Foto 13: Centro Comercial início do século XX e início do século XXI	92
Foto 14: Centro de Artesanato “Arte na Mão”	109
Foto 15: Restaurante “Vó Maria”, na Chã do Jardim	110
Foto 16: Ornamentação regional do restaurante “Vó Maria”	111
Foto 17: A Casa do Doce	116
Foto 18: Floricultura Flores da Vila Real	119
Foto 19: Casa artesanal no centro da sede municipal: A Talha	121
Foto 20: Divulgação dos Engenhos Paraibanos	123
Foto 21: Dependências do Engenho Bujari	125
Foto 22: Caminho do Engenho Mineiro	128
Foto 23: Nos Caminhos do Engenho Triunfo	131

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Polígono de tombamento de 2006, do município de Areia	30
Mapa 2: Estado da Paraíba, com ênfase ao Brejo (Areia em destaque)	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Engenhos da Zona Rural de Areia P/B	37
Tabela 2: Areia nos séculos XIX e XX: atividades e condições econômicas	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráficos 1: Índice populacional de 1970 a 2010 com intervalos de 10 anos	40
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Número de Engenhos de propriedade da Usina Santa Maria – 1978	39
Quadro 2: Principais produtos comercializados pelos engenhos areenses	42
Quadro 3: Fases do Desenvolvimento	73

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1: Perspectivas Territoriais	26
Figuras 2: Formas e relevo do Estado da Paraíba – Areia em destaque	33
Figuras 3: Representações Territoriais de alguns dos atores sociais	66

LISTA DE SIGLAS

AMAR - Associação dos Amigos de Areia

COOPERAR - Projeto Cooperar da Paraíba

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAEP - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MINC - Ministério da Cultura

PROÁCOOL – Programa Nacional do Alcool

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SESI - Serviço Social da Indústria

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UFPB – Universidade da Paraíba

SUMÁRIO

Introdução	17
1. Território e Representações Territoriais: Conceitos e Análises	21
1.1.Noções Sobre Território	22
1.2.Caracterização Territorial do Município Areense: significância Material e Simbólica	29
1.3.Representações Territoriais: construções simbólicas e relações sociais no espaço	49
2. Desenvolvimento Local: dinâmicas territoriais de significância espacial	71
2.1. Desenvolvimento e Dinâmicas Territoriais: Conceito e Perspectivas	71
2.2. Histórico das Dinâmicas Territoriais e das relações de Poder no Município Areense	78
3. Rural e Ruralidades: A formação do Espaço Turístico em Areia PB	98
3.1 O rural sob uma nova perspectiva	99
3.2 Dinâmicas territoriais e configurações atuais do espaço rural areinse	106
3.3 O turismo rural e a dinâmica sociocultural e econômica dos engenhos areinses	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	139
ANEXOS	146

INTRODUÇÃO

As articulações territoriais suscitadas mediante necessidades econômicas, sociais, políticas, ideológicas e culturais, têm revestido o território de novas significâncias, abarcando a perspectiva material e imaterial. Essa forma ampla de entendimento e apreensão inviabiliza a análise do território apenas enquanto espaço físico, posto que, além de sua estrutura concreta, palpável, ele também é constituído pelas atividades e relações humanas, transformando-se em palco no qual se desenvolvem as dinâmicas forjadas pela sociedade.

Sendo assim, o território abarca uma dimensão conceitual ampla e complementar, que integra a perspectiva materialista e idealista, no qual os atores sociais criam seus espaços de vida, tanto sob a esfera funcional quanto subjetiva, simbólica. Essas formulações cotidianas são constituídas por uma série de fatores que transformam o espaço e que por ele são transformados. Um desses fatores faz referência às representações que o território suscita, em se tratando de sua dimensão idealista.

As representações que são projetadas sobre o território são fruto da criação dos símbolos e significados que nele se desenvolvem, e que são capazes de gerar a identidade de um povo com seu espaço de convívio. Esse entendimento motiva as múltiplas ações dos diferentes atores sociais sobre os espaços, possibilitando o surgimento de representações pautadas nas construções históricas, nas ideologias dos diferentes grupos, e nos contextos social, econômico, político e cultural.

O estudo das representações, enquanto pensamento social dinâmico e diverso, tem recebido cada vez mais atenção quando se analisa as relações sociais de poder e os usos dos territórios (concebido como espaço social construído). As representações são formulações de sujeitos sociais sobre determinados objetos ou conteúdos, de acordo com as condições de tempo e espaço nas quais estão inseridos. A produção dessas representações pelos atores sociais possui alguns condicionantes, dos quais podem ser citados: a cultura, a situação socioeconômica e a ideologia do grupo do qual fazem parte.

Enquanto formulações simbólicas que viabilizam o uso prático dos elementos que compõem o território, as representações suscitam determinadas ações de controle sobre o meio em que se vive. A esse processo é dado o nome de dinâmicas territoriais, que seriam iniciativas desenvolvidas nas localidades, de acordo com as potencialidades que estas possuem, unidas às formas de leituras que os atores sociais fazem dos espaços.

Dentre as diversas dinâmicas territoriais desenvolvidas nas localidades, a ênfase do estudo ora apresentado recai sobre a prática turística, que muitas vezes se alimenta do crescimento do consumo simbólico, cultural, e gera oportunidades aos membros da comunidade, promovendo o empreendedorismo, a geração de empregos e, quando gerido satisfatoriamente, melhorias na qualidade de vida da população local.

Dentre os vários segmentos turísticos, destaca-se o que valoriza o espaço rural, viabilizando novas funções econômicas para o local, fomentando iniciativas de cunho social e movimentos de preservação ambiental. Esse enfoque desprendido sobre o meio rural pode vir a possibilitar – além da revitalização econômica, social e ambiental – a promoção do patrimônio cultural e a valorização dos produtos característicos da região.

Unindo todos os pontos suscitados (território, representações e dinâmicas territoriais, e turismo), o presente estudo tem por objetivo analisar como o espaço rural do município de Areia foi sendo construindo, e que representações ele suscita para os diferentes atores sociais, a saber: donos de engenhos, trabalhadores, representantes do SEBRAE, gestores das secretarias de Cultura e Turismo do município, associações locais e os turistas que procuram a localidade.

Outro pilar que direciona o escopo do trabalho são as dinâmicas territoriais que se desenvolvem no município, com destaque para o Turismo Rural por este ter sido defendido pelo SEBRAE, gestores das secretarias já citadas, e pelos proprietários de engenho como uma alternativa para o crescimento da localidade, mediante a integração da sociedade nas atividades fomentadas para sua implementação. As realizações no meio rural são analisadas com base nos estudos apresentados sobre as novas ruralidades, destacando os novos usos dos espaços que diversificam as atividades para além da agricultura e demais formas tradicionais de ocupação e trabalho no espaço rural.

Partindo dos pressupostos enunciados, torna-se pertinente o estudo dessas matizes tendo como objeto de estudo o município de Areia, localizado no brejo paraibano, por possuir grande relevância na região pela sua expressividade política, econômica e cultural. A história da cidade é marcada pela sua importância no processo produtivo dos ciclos econômicos que formaram a economia brasileira, sendo Areia um dos municípios de grande representação no Estado da Paraíba. Foi grande produtora, inicialmente, da cana-de-açúcar, seguindo com alternância agrícola pelas culturas do algodão, café, sisal e, num retorno que se estende até os dias atuais, novamente produtora da cana-de-açúcar.

Os indícios do passado próspero podem ser encontrados nos engenhos que continuam atuando no espaço rural. Essas áreas possibilitam a visualização de práticas produtivas tradicionais, o que acaba por se tornar um atrativo capaz de fomentar o Turismo Rural. Dessa forma, há a necessidade de se entender quais as representações territoriais que se formam a partir dos significados e usos que os atores sociais constroem sobre tal espaço, e como as relações de poder podem ser percebidas. Além disso, o estudo se debruça sobre a questão da trajetória desenvolvimentista na área rural de Areia, constatando a existência (ou não) de políticas públicas e iniciativas privadas voltadas para o crescimento das atividades turísticas no espaço rural.

A pesquisa segue com base em procedimentos qualitativos, com técnicas e instrumentos da pesquisa diversificados, uma vez que o estudo permite a utilização de vários recursos na coleta, compilação e análise dos dados. As entrevistas com os donos de engenhos, trabalhadores rurais, permitem o conhecimento das representações que constroem sobre o território; entrevista com os gestores das secretarias do Turismo e da Cultura possibilitam o levantamento de dados sobre as iniciativas na área rural da cidade nas quais se encontram os engenhos, quais os avanços e limitantes com relação à implementação do turismo como atividade socioeconômica e ambiental; revisão da bibliografia específica sobre a região que trate de sua importância enquanto centro produtor de cana-de-açúcar e os produtos derivados de tal cultura agrícola, como se caracterizavam os trabalhos realizados, a condução social, os estilos de vida e a construção cultural.

Sistematizada em três capítulos, a abordagem integra a análise conceitual ao estudo específico do objeto de estudo já especificado. Inicialmente, a preocupação parte da conceituação de território e da elaboração das representações e dinâmicas territoriais para, num momento sequencial analisar a trajetória do desenvolvimento local no espaço rural de Areia mediante a implementação do turismo como uma atividade que expressa uma diferente leitura do território e o surgimento de novas ruralidades.

O primeiro capítulo – Território e Representações territoriais: Conceitos e análises – trata sobre as definições atribuídas aos termos em questão, tendo como base para a conceituação de território as elucubrações sugeridas por Haesbaert (2010), no que tange à importância de se trabalhar o termo indo além da materialidade, integrando a essa esfera a perspectiva idealista, cultural que também o compõe. Às representações, acompanha as relações de poder simbólico (BOURDIEU, 2011) que motiva as formas de apropriação do espaço. Essa conceituação reflexiva é acompanhada pela análise feita ao objeto de estudo,

apresentando o município de Areia em sua concepção histórica, dando ênfase ao espaço rural, especificando o território, as representações elaboradas pelos proprietários de engenhos, trabalhadores dessas propriedades, SEBRAE e gestores das secretarias de cultura e turismo do município, a população em geral, e as dinâmicas territoriais desenvolvidas nos engenhos Mineiro, Bujari e Triunfo.

No segundo capítulo – Desenvolvimento Local: dinâmicas territoriais de significância espacial – há a preocupação em se apresentar o desenvolvimento como um processo que envolve os diferentes atores sociais, enquanto um sistema endógeno, a partir do qual o dinamismo econômico é gerado pela cultura empreendedora que abre espaço para a colaboração e participação da comunidade local (BARQUERO, 2000). O aporte para a análise desse desenvolvimento local, no estudo em questão, é o turismo rural, uma das formas de articulação territorial capaz de estabelecer a integração entre as necessidades de crescimento e a preservação de laços identitários e culturais de determinadas localidades. E, dentro dessa abordagem, é apresentada a revalorização do rural e a formação do espaço turístico em Areia, com ênfase nos engenhos de cana-de-açúcar, tradicionais unidades produtivas na região há séculos.

E, por fim, no terceiro capítulo – Rural e ruralidades: a formação do espaço turístico em Areia/PB – o enfoque central são as dinâmicas territoriais desenvolvidas na zona rural do município, a saber: o Roteiro Turístico Integrado dos “Caminhos dos Engenhos”, tendo como base a implantação das novas ruralidades e a análise dos avanços do turismo no espaço rural do município, e os limitantes que freiam as tentativas de crescimento com base nessa atividade.

CAPÍTULO I

1 TERRITÓRIO E REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS: CONCEITOS E ANÁLISES

Tomando como pressuposto a análise sobre o espaço no qual se desenvolvem as estruturas materiais e as vivências sociais, o presente capítulo objetiva apresentar o Território, tendo como base a perspectiva integradora, que relaciona as características materiais às formulações simbólicas que dão sentido ao termo. Num primeiro momento, faz-se necessária a exposição do conceito de Território, abarcando o significado materialista e idealista que o espaço rural areiense sugere.

Embora os termos “rural” e “urbano” venham passando por reformulações graças às modificações sofridas na forma de utilização dos recursos que constituem o espaço e às diferentes relações sociais que abriga na atualidade, o uso de ambos os termos será constante, haja vista que o estudo também se debruça sobre as formas de percepção do espaço pelos atores sociais num recorte temporal em que essa distinção era comum (final do século XIX e século XX). Tomando como delimitação os engenhos que circundam a cidade, reflete-se sobre a ligação mútua que esses dois espaços (rural e urbano) despertam, e como as formulações socioeconômicas e culturais fomentadas nos engenhos influenciam as esferas de vivência, as relações de poder e a configuração local.

Visto sob o viés materialista e simbólico, o território desperta leituras diversas realizadas pelos atores sociais que o configuram a partir das vivências grupais e estruturações econômicas, dotando o espaço de significâncias culturais. Surgem, portanto, as Representações Territoriais, vistas como fruto das interpretações valorativas e simbólicas que a localidade aflora.

Nessa conjuntura de representatividade sobre o espaço, há a formulação das relações de poder, vistas como ações organizadas, vinculadas ao cotidiano e intimamente ligadas às conjecturas simbólicas que permeiam a vida em sociedade e, conseqüentemente, o comportamento humano. Os engenhos areienses, enquanto espaços de identidade, abrangem essa percepção fenomenológica de produção simbólica imbricada às relações de poder.

1.1. Noções sobre território

Durante muito tempo os termos que compõem o meio acadêmico estiveram confinados a uma significação fechada, determinista, com uma definição parcial e funcional (SANTOS, 1988). Uma dessas definições diz respeito ao conceito de território, visto antes como uma junção indissociável entre o solo e o povo que compõem um Estado, um espaço onde se formam as organizações sociais, econômicas e militares exclusivas, com fronteiras estabelecidas. São os denominados territórios nacionais. De acordo com VALVERDE (2004), em períodos anteriores o termo território fazia referência apenas à

escala do território nacional, sendo este inteiriço, limitado apenas pelas fronteiras com outros países, tendo o poder público como única fonte de poder em relação ao controle espacial e sendo este controle permanente no tempo. (VALVERDE, 2004, p.120)

Entretanto, essa visão foi sendo gradativamente ampliada nos últimos anos e o território foi recebendo novas atribuições, indo além dos aspectos físicos, incorporando também aspectos simbólicos que as áreas que o compõem suscitam. Percebido dessa forma, o território revela uma pluralidade de relações que são estabelecidas entre os homens e os espaços. E mais: na conjuntura global que se assiste proliferar, o território passa a ser associado à articulação de redes, cujos vieses determinantes são as relações de poder, processos de produção, e os valores e condutas individuais e coletivos (THEIS, 2008).

Numa visão que engloba aspectos físicos e simbólicos, o território é visto como elemento de apropriação de determinados espaços por grupos sociais que dele fazem uso e que com ele se identificam, gerando relações políticas e afetivas que possibilitam o despertar de sentimentos, como afinidade e pertencimento (CORRÊA, 2004).

Para SANTOS (1978), a compreensão do território não é algo simplista, uma vez que envolve uma intensa complexidade analítica por considerar os muitos atores sociais e as relações que eles desprendem, criando processos contínuos e espaços mutáveis dentro da estrutura social e econômica. Segundo SANTOS (1978), embora o termo suscite a delimitação física e a importância do Estado, o “território em uso” ultrapassa a concepção fixa quando se afirma ser ele formado pela imbricação de relações e representações múltiplas, fomentadas pelas ações dos diversificados atores sociais.

O autor afirma que,

O território é imutável em seus limites, uma linha traçada em comum acordo ou pela força. Este território não tem forçadamente a mesma extensão através da história. Mas em um dado momento ele representa um dado fixo. Ele se chama espaço logo que encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva por um povo (...) como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as regras fundamentadas do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas. É o uso deste poder que, de resto, determina os tipos de relações entre as classes sociais e as formas de ocupação do território. (SANTOS, 1978, p. 189)

Assim, para Santos, quando se detêm sobre a questão do território deve-se levar em consideração o poder político que assegura os limites das fronteiras do Estado Nação, sendo este visto como espaço mediante o processo de ebulição social e econômico que é capaz de desenvolver por meio dos variados atores sociais que dele fazem uso no decorrer da história. Essa visão de território atende à perspectiva geográfica do termo. Mas, como ele (o território) é um elemento pertinente a várias vertentes do saber, seu ponto de destaque e de enlace pode mudar, de acordo com a visão que se busca apresentar, o que evidencia a amplitude conceitual que o termo pode vir a desprender.

Dessa feita, a limitação da visão geográfica sobre o território tem sido criticada por se acreditar que não possua senão a dimensão espacial e as questões concernentes à condição humana daqueles que o formam, sob o julgo do estado-Nação e suas determinações político-sociais, político-econômicas, político-cultural e político-militar dentro de fronteiras específicas.

HAESBAERT (2010) afirma que o entrecruzamento de proposições teóricas deve ser complementar, posto que o termo território envolve várias dimensões. Essa forma de entendimento faria cessar as sucessivas necessidades de legitimação de uma abordagem a partir da refutação de outras. Em suas análises, pautadas em várias abordagens propostas por autores diversos, Haesbaert apresenta o território sob as perspectivas materialista, idealista (simbólico) e integradora, abarcando questões referentes ao social, à economia, à política, à geografia, à cultura, entre outros aspectos.

Na primeira perspectiva, seu entendimento segue duas tendências: por um lado se percebe o território com ênfase no espaço físico, material; por outro, ele é entendido sob a égide do simbolismo, dos sentimentos que desperta e que a ele fazem referência.

Território assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (...). Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois

exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. (HAESBAERT, 2010, p. 20)

Suas análises revestem o território de significâncias que partem do concreto, da funcionalidade, além de legitimar suas atribuições referentes às relações de poder e de dominação. Entretanto, esse aspecto não se fecha em si mesmo, sendo complementado pela possibilidade de apreensão e apropriação do território por determinados grupos sociais que nele projetam seus anseios e visões, gerando processos que despertam uma identidade comum. Assim, “*o grupo passa a não poder mais ser compreendido sem seu território, base de sua história, cultura e sustentação*” (LEAL; FONSECA, 2009, p.3)

A visão materialista sugere ser o território um espaço capaz de garantir a subsistência dos grupos sociais que o formam e que dele se utilizam. É uma questão de utilidade: o território percebido como recurso capaz de fomentar relações econômicas, o espaço físico onde se concretizam as mais diversas atividades e que possibilita o desenvolvimento e consolidação das práticas econômicas que seguem o curso da história.

Outro enfoque materialista quanto ao território diz respeito às concepções políticas, cujas práticas recortam, delimitam e controlam o espaço. Assim, “*o vínculo mais tradicional na definição de território é aquele que faz a associação entre território e os fundamentos materiais do Estado*” (HAESBAERT, 2010, p.62). Seria essa entidade, portanto, a que exerceria o maior poder político, embora não seja a única, posto que o espaço possibilita a consolidação de grupos sociais que reivindicam para si o direito de participar das tomadas de decisão no campo político.

Ao lado de toda essa concepção funcional do território, há também um elemento que suscita uma dimensão subjetiva quando do desenvolvimento do aspecto cultural. As práticas que continuam sendo executadas desde tempos remotos ou que são guardadas na memória do povo (embora não façam mais parte do seu cotidiano), suas construções arquitetônicas, suas histórias singulares, tudo se une em um só espectro, sob o julgo do cultural, dando origem ao espaço, lugares de vivência, de continuidades, de lembranças que revestem o território de simbologias variadas que formam a identidades dos grupos sociais que nele se encontram e que dele se sentem parte. Essa é a percepção idealista do território.

Neste contexto o território é primeiro um valor, pois a existência e a necessidade para toda sociedade humana de estabelecer uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida, parece claramente estabelecida. O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos, não podem ser percebidos apenas como uma posse ou como uma

entidade exterior à sociedade que o habita, pois representa uma identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço. (...) Não existe entre a sociedade e seu espaço uma simples relação de territorialidade, mas também uma ideologia do território, pois tudo o que se encontra no entorno entre o homem é carregado de algum significado, o território não traz em si somente o “ter”, mas o “ser”. (LEAL; FONSECA, 2009, p.06).

É a significância atribuída ao território que o torna o espaço de vivência singular e de inter-relação, que une todos aqueles que o formam e que por ele são influenciados por um elo identitário que, embora desperte o sentimento de pertença, possibilita várias leituras e apreensões sobre seus aspectos constitutivos, gerando uma apropriação heterogênea do território, principalmente pelas contradições socioeconômicas, políticas e culturais que o constituem.

Todo território, portanto, “pertence” a um grupo social. E é, também, produto do entrelaçamento de projetos individuais e coletivos, em que se instituem processos de identificação e de negociação dos interesses comuns e conflitantes. (TONNEAU e CUNHA, p. 46, 2005).

Essa perspectiva simbólica atribui ao território uma valoração diferenciada quando prioriza seu caráter identitário, suas características históricas e culturais, indo além de seus aspectos meramente físicos. Aliás, a materialidade que forma o território é significativa dentro da visão simbólica quando ela é revestida de significado, de ideologias e representações territoriais.

Reconhecendo o sentido material do termo, mas sem negar sua dimensão simbólica, o território passa a ser entendido sob uma perspectiva integradora, a partir da qual as abordagens que se apresentam sejam complementares. Embora essa junção de perspectivas não seja fácil (uma vez que apresentam visões diferenciadas sobre o território), é a partir da lógica integralista que o *“território reforça sua dimensão enquanto representação, valor simbólico”* (HAESBAERT, 2010, p.71), relacional, sem perder sua existência utilitarista, concreta.

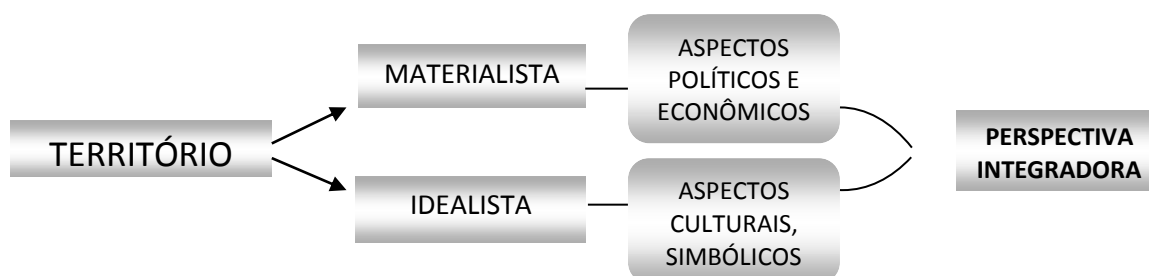
Portanto, é possível a superação da dicotomia entre o material e o simbólico, uma vez que é evidente que o território suscita tanto a materialidade das relações sociais (econômicas, políticas) como também o conjunto das representações espaciais (culturais). Ou seja, é mediante um enfoque integrador que dê visibilidade ao social, político, econômico e cultural que se torna possível a compreensão do termo território em sua complexidade.

Fica evidente neste ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço com um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza,

entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço (...). Tendo como pano de fundo esta noção “híbrida” (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (HAESBAERT, 2010, p.79)

Partindo dos dados expostos, mediante os quais o território é visto sob vieses definidos de acordo com as acepções pertinentes a quem do termo se utiliza, e levando em consideração a visão híbrida que se lança sobre o espaço, a análise pretendida pode ser entendida da seguinte forma:

Figura 1: Perspectivas territoriais



Fonte: baseado em HAESBAERT, 2010.

O entendimento do território sob a óptica integradora tem respaldo nas novas formulações sociais que são estabelecidas pela dinâmica global, quando esta difunde e conecta experiências diferenciadas e transformadoras, tanto em uma escala macro quanto micro, influenciando estruturas organizacionais antes postas em lugares definidos e assegurados (como é o caso dos estados-nação, que passam a incorporar novas características e funções frente às necessidades capitalistas). Diante das novas configurações por que passa o território, é necessário o seu entendimento enquanto organismo que sugere elementos físico-materiais, mas que também possui um iminente “valor territorial”, representativo de determinados grupos, que passam a engendrar laços identitários, mesmo quando o processo que se assiste proliferar é de dialética entre as esferas locais e globais, o que o torna sujeito a novas interpretações.

Essa visão que sugere ser o território composto pelos elementos concretos e simbólicos tem respaldo nas análises oferecidas por Henry Lefebvre quando este afirma que o território é formado e transformado a partir das práticas sociais desprendidas pelos diferentes grupos, dando origem ao que definiu como “*espaço dominado*” e “*espaço apropriado*”. Essas duas concepções se encontram e se entrelaçam, uma vez que quando ocorre a “*dominação do*

espaço natural para servir às necessidades de um grupo, este se apropria dele” (LEFEBRE, 2000, p.191). Em outras palavras, os atores sociais, ao se servirem dos espaços, transformam-no de acordo com suas necessidades cotidianas.

A abrangência conceitual que o termo suscita, torna necessário ainda a reflexão sobre outro aspecto de grande significância: as relações de poder. O território é o “*conjunto de relações mantidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade com a ajuda de mediadores ou instrumentos*” (RAFFESTIN, 1993, p.265). Portanto, o território tem seus contornos definidos mediante o entrecruzamento de forças que, ao se chocarem criam novas formas de dominação e de resistência, tornando a dinâmica social múltipla e em constante mudança.

A abordagem territorial, implicitamente, valoriza a dimensão econômica, inclusive colocando, no centro das estratégias de competitividade, a coesão social, como instrumental para modernizar as políticas públicas, através da transversalidade; bem como o reconhecimento das instâncias locais, sem deslegitimar as instâncias hierárquicas e os acordos supranacionais. Essas dimensões estão nas entrelinhas do conceito de desenvolvimento territorial, fazendo dele uma aposta e um esforço constante para um novo desenho de política pública. (GOMES, p. 237, 2007)

Com base nessa lógica, o território passa a ser entendido no plural, posto que as dinâmicas sociais o revestem de outras especificidades. Tal fato poderia gerar a perda de identidades, e até mesmo a crença no fim do território enquanto espaço de construção singular. Entretanto, essa desregulação cria um novo entendimento geopolítico do termo, posto que há uma reconstrução do espaço material e simbólico que forma o território, e não a sua negação.

A análise de mediação entre subjetividade e objetividade numa perspectiva integradora (relacional) é defendida também por BOURDIEU (2004) quando este afirma ser o social constituído por escolhas e apreciações de mundo feitas pelos diferentes atores sociais. Segundo o autor, a cultura não é apenas um código comum,

nem mesmo um repertório comum de respostas a problemas comuns ou um grupo de esquemas de pensamento particulares e particularizados. É, sobretudo, um conjunto de esquemas fundamentais, previamente assimilados, a partir dos quais se engendram (...) uma infinidade de esquemas particulares, diretamente aplicados a situações particulares. (BOURDIEU, 2004, p. 349)

A percepção do território enquanto espaço no qual se formam as relações sociais interativas e as representações territoriais que têm como base as posições dos indivíduos

dentro da sociedade, possibilita a interiorização e exteriorização de princípios e valores que dão origem a uma produção simbólica que permeia a elaboração espacial. Os atores sociais são frutos, portanto, do território que ocupam e esse, por sua vez, é influenciado pelo entendimento que suscita e as construções materiais que inspira.

Segundo BOURDIEU (2011), as relações sociais têm em sua estrutura a proeminência da busca pela afirmação dos grupos dominantes por meio do poder simbólico, sendo suas ideologias disseminadas por instituições e práticas sociais. Segundo o autor, as produções simbólicas estruturadas pelas sociedades (língua, cultura...), são instrumentos de dominação no momento em que são utilizadas para distinguir os grupos sociais dominantes dos demais, legitimando uma ordem pré-estabelecida e favorecendo a hierarquia social.

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação que por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideológicos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação. (BOURDIEU, 2011, p. 12)

A ideologia fomentada pela utilização da produção simbólica é vista como uma forma de consciência da realidade, fundamentada principalmente em princípios de dominação. Entretanto, embora essa ideologia tenha suas bases assentadas em estruturas e “*funções mais específicas às condições sociais da sua produção e da sua circulação*” (BOURDIEU, 2011, p. 13), os conflitos acompanham o movimento gerado pela vida em sociedade. Ou seja, no processo de construção social são constantes as lutas nos campos de poder, nos quais as representações e simbologias se tornam frações constituintes do território, sob a perspectiva idealista.

o território é algo permeado pela lógica da dominação e dos interesses, muitas vezes conflitantes, inscritos tanto em um espaço físico quanto em sua forma de ocupação. Temos, portanto, uma concepção do território como espaço em que se confrontam diferentes poderes e estratégias de gestão – que poderíamos chamar “território-espaço de poder”. (TONNEAU e CUNHA, p. 46, 2005)

Foram considerados, para fins desta dissertação, além das características físico/materiais e histórico/culturais que constituem o espaço rural areense, as lutas simbólicas e as relações de poder que nele se desenvolvem, uma vez que a heterogeneidade dos atores sociais suscita diferentes leituras sobre o território. Entretanto, é importante

Embora o ato de tombamento enfatize a área urbana³ que forma o município, a AMAR e o IPHAN destacam a importância da zona rural, pois é onde se vê florescer pelos séculos os avanços artísticos, arquitetônicos e comerciais do centro histórico⁴. ALMEIDA (1980) afirma terem sido os grandes proprietários de engenhos da região que coordenaram alguns dos principais eventos culturais que passaram para a história da cidade, assim também como investiram em construções arquitetônicas vistas como representativas de uma época áurea em que principalmente o açúcar, propiciava a ascensão e destaque para a localidade. A mais representativa dessas edificações é o Teatro Minerva, de 1859.

As principais realizações culturais, reconhecidas pelos órgãos públicos⁵, destacam as iniciativas dos grupos sociais que em Areia detinham o poder político e econômico. As políticas públicas de preservação dos bens culturais e artísticos, portanto, visam à perpetuação de representações e perspectivas que deem destaque aos feitos realizados por membros desses grupos, revestindo esse patrimônio de significados do ponto de vista da herança e da relação de poder que envolve seu processo de valorização.

Em suas reflexões sobre as relações de poder inseridas na realidade social, BOURDIEU (2011) afirma haver, implicitamente, formas de dominação simbólicas, pelas quais as classes dominantes se tornam beneficiárias, uma vez que podem contar com as instituições como instrumentos de integração social que favorecem a disseminação e aceitação dos elementos simbólicos que favorecem a ordem social dominante. Por meio da proliferação de discursos que venham a legitimar seus feitos, as contribuições para a cultura ou a economia da localidade, os grupos dominantes em Areia têm assegurada sua importância quando a concepção de mundo social torna-se homogênea, e suas realizações enaltecidas, propagadas, preservadas, tombadas como patrimônio nacional.

³ Os estudos mais recentes apontam para novas leituras sobre o “urbano” e o “rural”. A ruralidade, na atualidade, passou a ser entendida como processo dinâmico, que “*implica um movimento em dupla direção, no qual identificamos, de um lado, a reapropriação de elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação da cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz, necessariamente pela destruição da cultura local, mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade*” (CARNEIRO, 1997). As transformações pelas quais passam o urbano e o rural, tanto no que se refere às relações sociais quanto às ações sobre o espaço, tornam possível seu entendimento e apreensão dentro de categorias simbólicas, sem os reduzir às distinções econômicas, características físicas e às diferenças culturais. Essa forma de leitura deve ser levada em consideração quando da utilização dos termos rural e urbano nesse trabalho, embora essa distinção tradicional seja apresentada, uma vez que se está analisando a forma de entendimento dos atores sociais sobre o espaço.

⁴ Parecer proferido por um dos representantes do IPHAN na audiência pública realizada em 2006, no Teatro Minerva, em Areia.

⁵ Ver Decreto 8.312, de 04 de dezembro de 1979.

Entretanto, a população nem sempre se reconhece nesses símbolos da cultura areiense. Sua importância muitas vezes se reduz ao parecer técnico de especialistas, que primam pela difusão de um valor que deve ser assimilado de forma consensual pelos membros da comunidade.

Esse efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante (BOUDIEU, 2001, p. 11)

Alguns testemunhos históricos presentes nos bens materiais e simbólicos que fazem parte da arquitetura e cultura areiense são mais identificados com outros grupos sociais, que não apenas o dos donos de engenhos e demais grupos dominantes responsáveis pelas idealizações e investimentos em determinados elementos consagrados como marcantes para a formação identitária da localidade.

Um dos exemplos mais emblemáticos é a Igreja do Rosário, cuja construção está associada à impossibilidade dos negros participarem das práticas religiosas na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, frequentada apenas pelas pessoas livres e brancas. Entretanto, como nas demais edificações do centro histórico areiense, há destaque também para os donos de escravos, que permitiam que os negros dispensassem alguns instantes de seu cotidiano à realização de uma obra que estivesse ligada a um interesse comum a esse grupo excluído. Além disso, é interessante lembrar que a Igreja Católica, no século XIX no Brasil, ainda era uma das forças mais influentes ideologicamente. Portanto, seus interesses de propagação da fé cristã também estavam sendo assegurados quando da construção de mais uma igreja na cidade.

As relações que se desenvolvem no território mediante a representatividade que seus elementos passam a ter para os diferentes grupos sociais, forma o que BOURDIEU (2011) classificou como sendo um “*campo de posições sociais*”, caracterizado como sendo um espaço de lutas simbólicas, onde os atores sociais buscam conformá-lo aos seus interesses.

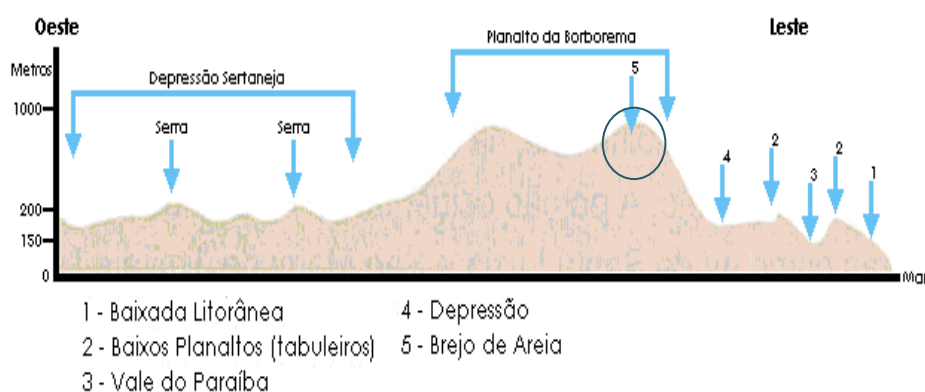
Foto 1: Teatro Minerva e Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos



Fonte: Acervo pessoal-Everaldo Gomes da Silva, 2010; e acervo do Ponto de Cultura (2008).

Tendo como enfoque a perspectiva material, o município areiense se localiza no topo da Serra da Borborema, a 618 metros acima do nível do mar (MIRANDA, 2007). A altitude considerável incide sobre o clima, que oscila entre 15° e 30° C, favorecendo, portanto, temperaturas amenas, umidade e nebulosidade, atrativos naturais da cidade (SILVA, 2011)

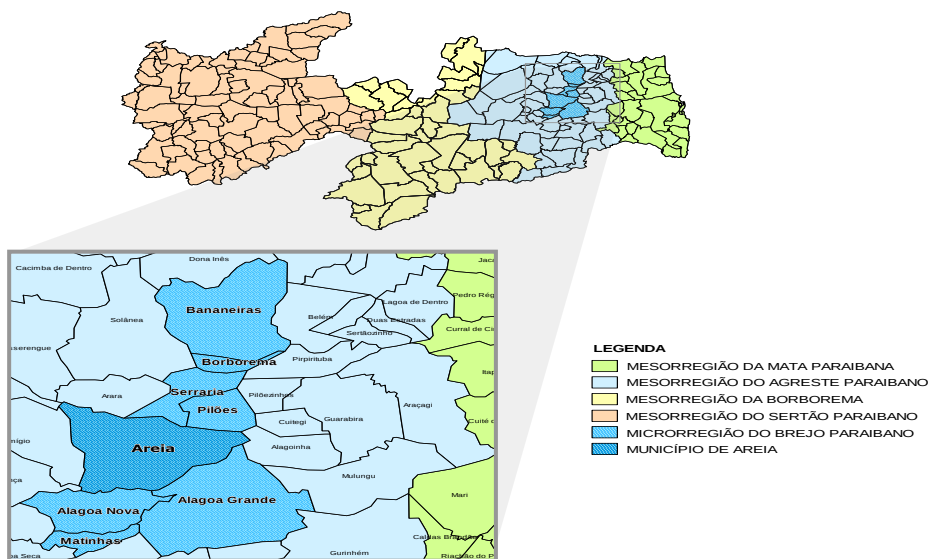
Figura 2: Formas e relevo do Estado da Paraíba – Areia em destaque



Fonte: Atlas escolar da Paraíba, 1985.

A cidade compreende uma área de 269 Km², distando 45 Km de Campina Grande e 122 Km de João Pessoa. Por pertencer à região brejeira do interior paraibano juntamente com os municípios de Alagoa Grande, Alagoa Nova, Bananeiras, Borborema, Matinhas, Pilões e Serraria (MORAES, 2008), Areia possui condições físicas necessárias para o desenvolvimento de várias culturas agrícolas, como o plantio da cana-de-açúcar, do algodão, do café e do agave, tão importantes para o avanço econômico na região no transcorrer da história, e que possibilitou parte dos investimentos realizados na esfera cultural, como as construções arquitetônicas representativas de uma época áurea.

Mapa 2: Estado da Paraíba, com ênfase ao Brejo (Areia em destaque)



Fonte: Governo da Paraíba, 2000.

Esse avanço econômico ao qual se faz referência deve ser revisto e avaliado, uma vez que os beneficiados com as atividades agrícolas (e comerciais) no município eram apenas membros da classe dominante, como proprietários e terras e comerciantes locais de destaque. A maior parte da população ficava às margens. Trabalhadores, feirantes, moradores das propriedades rurais, entre outros grupos populares, não eram agraciados com a prosperidade econômica que o município vivenciou entre os séculos XIX e início do século XX. Essa trajetória econômica gerou “a riqueza dos senhores de terras e a pobreza de muitos trabalhadores” (FIÚZA, 1999, p. 157).

Mesmo caracterizado pela desigualdade social, o espaço rural areiense foi, durante o século XIX, a principal área de influência econômica da região, computando cerca de 120 engenhos (MIRANDA, 2007), num período em que a cana-de-açúcar, embora não contando com o mesmo prestígio e importância de séculos anteriores, ainda se destacava como uma das principais culturas agrícolas na mesorregião do brejo.

Considerando os engenhos de cachaça e rapadura do município de Areia, existem dois elementos que diferenciam e caracterizam sua paisagem: um é a topografia, fator considerado tanto na implantação destes, normalmente situados em fundo de vales, quanto na conformação de suas culturas, estradas e canaviais nas partes mais baixas e a vegetação nativa e pastos nas áreas mais elevadas do terreno. A outra é a atividade do homem, o uso do solo e as atividades secundárias, que têm ditado as principais mudanças ocorridas ao longo do tempo, principalmente quando há alternância da atividade principal da propriedade, ou a inserção de novas atividades paralelas, como o turismo cultural ou natural (FERREIRA, 2010, p.27)

A vocação para a produção nos engenhos foi sentida já no século XVIII, com a implementação dessas unidades produtoras de forma rudimentar, “*engenhos (...) feitos de madeira e montados em palhoças sobre armações de almanjarras*” (FIÚZA, 1998, 46). Como afirma ALMEIDA (1957):

Foi ali, naquelas baixadas úmidas e férteis, que a cana-de-açúcar encontrou campo favorável de cultura.(...) As chuvas constantes e bem distribuídas cooperavam com o homem no amanho da lavoura, permitindo colheitas compensadoras na época de estiagem (...). Nas terras dos engenhos, livres de latifúndios, os bangüês se situavam a pequena distância um do outro, alimentados de matéria-prima que o dono da terra cultivava, quase que exclusivamente, sem achega de lavradores. Eram engenhos primitivos, que davam uma produção diminuta, mas suficiente para manter a economia do município e a independência da classe produtora. (ALMEIDA, 1957, p.50)

Com o declínio da produção açucareira⁶ e a baixa nos preços de produtos oriundos das atividades dos engenhos, como a rapadura, gradativamente o número de engenhos em Areia decresceu. Segundo levantamentos feitos pelo IBGE em 2000, a zona rural do município contava com o número de 28 engenhos. Esse número foi ampliado para 34 “*engenhocas*” (NASCIMENTO, 2007). Muitos desses espaços ainda resguardam aspectos arquitetônicos do período imperial, como é o caso do Engenho Mineiro, que ostenta a casa grande em lugar estratégico, paredes largas, janelas em abundância, detalhes frontais, além de estalagens próprias para a produção dos derivados da cana-de-açúcar

⁶ De acordo com CAVALCANTI Filho e MOURA (2003), no final do século XIX a produção açucareira em Areia começou a declinar pela ocorrência de vários fatores, a saber: pragas nas plantações da cana, queda na cotação da rapadura no mercado interno, o êxodo rural, e a implantação da estrada de ferro na área circunvizinha, que excluiu o município de seus benefícios comerciais.

Foto 2: A “Casa Grande” - Engenho Mineiro



Fonte: acervo pessoal-Vanderleia dos Santos, 2012.

Além da produção dos derivados da cana-de-açúcar, as propriedades rurais de Areia também foram ocupadas por outras culturas agrícolas, como o algodão, o agave, o café. Entretanto, foi com a cana-de-açúcar que o município conseguiu firmar sua economia durante o século XIX, desenvolvendo e aprimorando sua indústria de beneficiamento dos produtos fabricados nos engenhos, principalmente a rapadura (ALMEIDA, 1957).

Esse momento de apogeu da economia areiense, pautado na prosperidade dos engenhos, deu à cidade certa efervescência comercial, além do embelezamento de seu centro. Graças à cana-de-açúcar “o comércio atravessou sua fase áurea (...). A cidade prosperava, contando com sobrados de sólida estrutura, ruas calçadas, escolas, teatros, bibliotecas e jornais”. (CAVALCANTI FILHO; MOURA, 2003, p.30).

Parte dessas melhorias aplicadas ao território areiense graças ao desenvolvimento econômico, entretanto, não eram voltadas para os diversos grupos sociais. Os sobrados eram idealizações particulares e propriedade dos que possuíam o poder econômico (ALMEIDA,

1980); os teatros “Oito de Dezembro” (embora conhecido como Teatro Popular) e “Minerva”⁷ não eram abertos a todo o público, posto que seus primeiros anos de funcionamento se deram num período de escravidão emblemático no município⁸, excluindo dessas iniciativas artísticas um significativo número de pessoas. A ressalva é feita, de acordo com ALMEIDA (1980) às iniciativas de cunho educacional da primeira metade do século XX.

Especial referência merece o Ginásio Santa Rita, fundado como Escola Normal, em 1937, pela ordem das madres franciscanas (...). Das 281 alunas matriculadas, contam-se 21 moças pobres que recebem ensino gratuito, valendo ainda salientar que o estabelecimento mantém 54 internas que nada pagam e 48 com sensível redução de preço nas mensalidades. (ALMEIDA, 1957, p. 201).

Os feitos realizados certamente iam além da necessidade vigente nas melhorias das condições materiais e culturais dos séculos XIX e XX. As realizações deveriam ser a prova de que os “homens de poder e prestígio” deixaram seu legado, suas marcas na história, consolidando sua importância na formação identitária da localidade.

Para FOUCAULT (1979):

Uma classe que se torne dominante, que ela assegure sua dominação e que esta dominação se reproduza, estes são efeito de um certo número de táticas eficazes, sistemáticas, que funcionam no interior de grandes estratégias que asseguram esta dominação (FOUCAULT, 1979, p. 252).

Embora as construções e incentivos culturais de destaque estivessem sendo aplicados na cidade, os engenhos recebiam notoriedade por saírem deles os principais investimentos que, pretensamente, dotavam o município de expressividade. Os engenhos de maior

⁷ Em seu livro “*O Brejo de Areia*”, Horácio de Almeida faz alusão aos associados que levantaram recursos para a construção do teatro, e os que promoviam e participavam dos espetáculos. Dos nomes citados são reconhecidos comerciantes bem sucedidos e senhores de terras do período, como: Daniel Eduardo de Figueiredo, Tristão Grangeiro de Almeida e Melo, Santos da Costa Gondim, entre outros. Nenhuma referência bibliográfica sobre a história do município areiense faz alusão à integração dos escravos aos espetáculos realizados no Teatro Minerva. “*Quando abordam as expressões artísticas no município [no século XIX] (...) não há referências às contribuições culturais daqueles agentes históricos submetidos ao trabalho escravo (...), nada que faça referência às práticas diversionais dos escravos ou as manifestações culturais de origem afrodescendente*” FÉLIX, 2010, p. 34). De acordo com Boris Fausto, em “*História do Brasil*”, o escravo foi alvo da desigualdade social e da discriminação cultural, proibido de ter acesso a determinados bens materiais e imateriais produzidos nos tempos de escravidão no Brasil. Se associados esses dados ao fato de aos escravos areienses ser vetada a participação nos eventos religiosos promovidos na Igreja Matriz (o que motivou a construção, pelos escravos, da Igreja do Rosário dos Pretos) [informação contida no foder de divulgação dos atrativos turísticos do município distribuído no ano de 2012 – ver em anexo], é certo que os eventos promovidos no teatro, durante o período da escravidão, não tinham os escravos como partícipes.

⁸ De acordo com Irineu Pinto (1977), a população escrava em Areia, no ano de 1851, era aproximadamente de 2.012 habitantes.

representatividade que ocuparam ou ocupam o território areiense, e suas atividades prevalentes no decorrer de sua existência foram (são):

Tabela 1: Engenhos da Zona Rural de Areia/PB

Implantação	Proprietários	Propriedade	Atividades
ca.1847	José Antônio Cunha Lima	Engenho Mundo Novo	Engenho de açúcar
1897	Luiz Lira de Melo Filho	Engenho Gameleira	Eng. de aguardente
...	Herdeiros de A. Marcelino	Engenho Mandaú	Aguardente/rapadura
1842	Arlindo Monteiro da Silveira	Engenho Buraco	...
1842	Governo da Paraíba	Engenho Várzea	Eng. de rapadura ⁹
...	Corinto da Costa Lira	Eng. Pintura da Baixo	...
1895	Herdeiros de D'Avila Lins	Engenho Ipueira	Eng. de aguardente
...	Lourival Carvalho	Engenho Irene	...
...	...	Engenho Guarim	Aguardente/rapadura
...	Herdeiros de Abel B. da Silva	Engenho S. Benedito	...
...	Antônio Alves de Lima	Engenho Quati do Meio	...
1920	Luiz Lira de Melo	Eng. Várzea do Quati	Aguardente/rapadura
1860	Fernando de Souza Gondim	Eng. Vaca Brava-Cima	Eng. de aguardente
1958	Sinfrônio Cabral Gondim	Eng. Vaca Brava-Meio	Eng. de aguardente
1860	Aurélio Leal	Eng. Vaca Brava-Baixo	Aguardente/rapadura
...	Herdeiros de Carlos Barreto	Engenho Fechado	...
...	Franklin Lira	Engenho Caiana	Engenho de açúcar
...	...	Engenho São Vicente	...
1869	Saulo de Souza Gondim	Engenho Tapuio	Eng. de rapadura
...	Afonso da Costa Neiva	Engenho Timbaúba	...
1874	Herdeiros de Carlos Barreto	Engenho Mineiro	Engenho de açúcar
1847	Herdeiros de Juvenal E. França	Engenho Jussara	Engenho de açúcar
...	...	Engenho Jardim	...
...	Djalma Pereira Lemos	Engenho Carro	Engenho de rapadura
1994	Antônio Augusto Baracho	Engenho Triunfo	Eng. de aguardente
...	Leonardo Jardelino	Engenho Bujari	Eng. de rapadura/mel
...	Solon de Lucena	Engenho Bela Vista	Eng. de aguardente
...	Ercia Maria Maia de Azevedo	Engenho S.J. do Ipueira	Aguardente/rapadura

Fonte: baseado em MIRANDA, 2007; MORAES, 2008; e dados empíricos.

Essa prosperidade, sentida na implantação de centenas de engenhos até o início do século XX, foi sendo gradativamente amortecida por problemas de ordens diversas, trazendo estagnação econômica e o êxodo rural à região (ALMEIDA, 1980). A tabela a seguir apresenta as principais atividades em Areia entre os séculos XIX e XX, e os motivos para a oscilação econômica:

⁹ Hoje, o referido engenho abriga o Museu da Rapadura.

Tabela 2: Areia nos séculos XIX e XX: atividades e condições econômicas.

Séculos	Atividades	Períodos de destaque	Causas/decadência
XIX	Plantio de algodão	1820-1870	Queda da cotação do algodão no mercado
XIX	Plantio de cana-de-açúcar	1830-1900	Desvalorização da rapadura e pragas
XIX-XX	Plantio de café	1890-1920	Pragas na área de plantação
XX	Plantio de agave	1944-1952	Queda do preço no mercado externo
XX	Criação de gado	1940-1970	Impossibilidade de competição

Fonte: (MORAES, 2008).

Além dos dados relatados, ALMEIDA (1957) lembra o fato de Areia não ter sido agraciada com a estrada de ferro que foi construída na região no final do século XIX. Segundo o autor, esse fato dificultou significativamente as iniciativas comerciais no município, uma vez que o deixava em desvantagem no que diz respeito à competitividade, já que o escoamento de seus produtos não contava com a rapidez e eficiência propiciadas pelos trens que cortavam o planalto da Borborema.

Outra iniciativa de grande relevância para o território rural de Areia, mas que não representou necessariamente um ponto positivo para os engenhos, foi a implantação da Usina Santa Maria, em 1931 (GARCIA JÚNIOR, 1989). Segundo o autor, nas primeiras décadas a usina passou por momentos de oscilação (safras satisfatórias e períodos de estagnação), e *“apenas durante a década de 1970 (...) a produção é multiplicada por 4,5 vezes, assim chegando perto da média nacional”* (GARCIA JÚNIOR, 1989, p.217).

A partir desse momento até meados da década de 1980 (quando declaram falência), os usineiros passaram a disputar espaço com os donos de engenhos da região, para atender à sua necessidade de mais cana-de-açúcar. Esse impulso foi concedido graças à iniciativa governamental, com o Programa Nacional do Álcool – Proálcool. (ALMEIDA, 2010)¹⁰. Alguns engenhos pararam sua produção e passaram a vender a cana necessária para alimentar as máquinas da usina; outros, sem condições de competir, são incorporados às suas terras.

¹⁰ De acordo com Boris Fausto, em “História do Brasil”, enquanto iniciativa governamental, o Proálcool buscava sanar um dos problemas advindos de uma das mais expressivas crises mundiais do petróleo, na década de 1970. O programa tinha o intuito de beneficiar a produção do álcool combustível. Aos produtores de cana-de-açúcar e às indústrias automobilísticas que desenvolvessem carros movidos a álcool eram concedidos incentivos fiscais e juros abaixo das taxas de mercado. Graças a essas ações governamentais, em 1983 assiste-se a elevação das vendas de veículos movidos a álcool e, em 1991, cerca de 60% dos automóveis tinham esse produto como fonte de energia. Entretanto, esse momento áureo foi seguido por uma série de problemas, gerados principalmente pelos benefícios concedidos aos produtores da cana-de-açúcar e aos industriais produtores de veículos movidos a álcool, tais como: elevação da dívida pública e aumento dos latifúndios produtores de cana-de-açúcar. www.brasilecola.com.br. – Acesso em 05 de Janeiro de 2013.

Os engenhos ficam enfraquecidos, diminuindo a fabricação da rapadura e da aguardente, e sendo obrigados a “*forçar o crescimento das canas fornecidas*” (GARCIA JÚNIOR, 1989, p.221). Na década de 1970, há uma considerável anexação de engenhos da região brejeira pela usina, fato exposto no quadro a seguir:

Quadro 1: Número de Engenhos de Propriedade da Usina Santa Maria – 1978.

Municípios	Número	Área (em ha)
Areia	04	1.219
Serraria	02	619
Pilões	04	895
Total	10	2.805

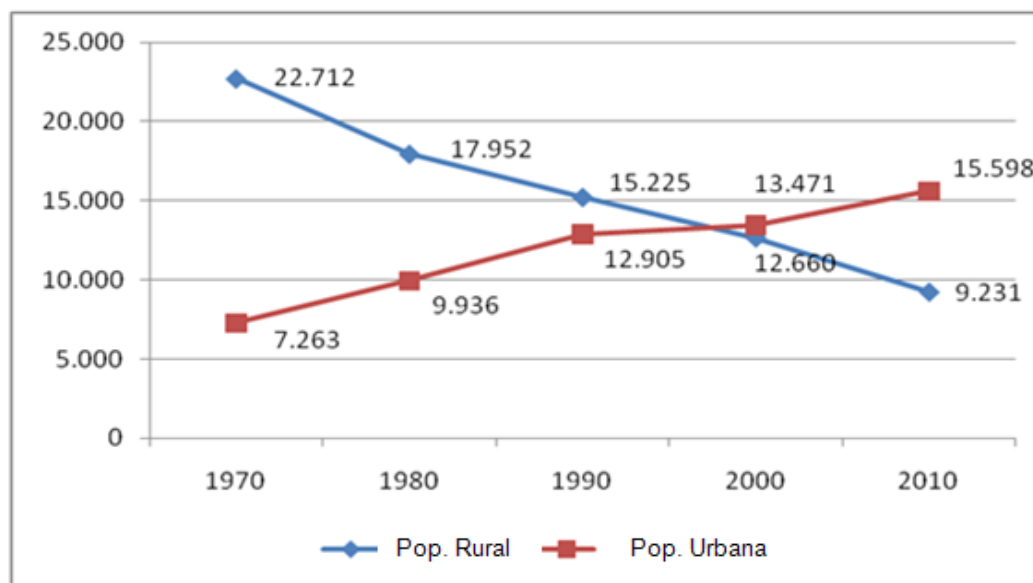
Fonte: GARCIA JÚNIOR, 1989.

Esse movimento de apogeu da Usina Santa Maria durou de 1930 até a década de 1980, quando houve o declínio na produção de álcool, solapando, mais uma vez, a economia canavieira do município de Areia¹¹. Sem a representatividade dos engenhos e contando com a falência da Usina, era evidente o momento de crise, “*o que levou várias famílias a procurarem outros lugares para habitar e trabalhar*” (SILVA, 2011, p.59).

Num recorte temporal que vai de 1970 a 2010, evidencia-se o decréscimo populacional no município de Areia, sendo o campo a área que mais apresenta diminuição quanto à densidade demográfica. Pode-se afirmar, portanto, que graças às “*mudanças que ocorriam na atividade canavieira no município de Areia (...), as condições de vida e de trabalho dos antigos moradores foram se agravando com o passar do tempo, o que os levou a se organizarem*” (FIÚZA, 1998, p.101).

¹¹ “A Usina Santa Maria representou, na área, uma nova forma de organização da cultura canavieira. As relações tradicionais, baseadas na existência do morador e do parceiro, foram sendo substituídas pelo trabalho assalariado. Os trabalhadores que, anteriormente, viviam na propriedade onde trabalhavam, foram obrigados a se mudarem para a cidade e passaram a receber por diária ou por tarefa. São conhecidos como ambulantes, diaristas, volantes, boias-frias, entre outras denominações. Antes existia o morador que vivia no sítio e trabalhava no engenho de rapadura, agora existe o assalariado que mora na cidade e vai trabalhar na usina. Essa mudança teve como uma de suas consequências, o crescimento desordenado da cidade que não tinha condições de receber esse grande número de pessoas que se mudaram do campo e que foram se instalando na periferia, ocupando as encostas das montanhas”. (FIÚZA, Alexandre Felipe *et.al.* **Uma História de Areia**. João Pessoa: Universitária/UFPB/PRAC/NDIHR, 1998).

Gráfico 1: Índice população de 1970 a 2010, com intervalos de 10 anos



Fonte: SILVA, 2011.

Assiste-se, portanto, a uma nova configuração do território areiense, tanto no que se refere à sua importância econômica, quanto à sua densidade demográfica. As perspectivas de vida nos engenhos, que para os trabalhadores já era marcada pela exploração, se tornaram ainda menos atraentes por não oferecerem subsídios para a permanência de seus habitantes, como: empregos permanentes, produção em grande escala, ou melhorias nas condições de trabalho e habitação.

De acordo com os dados oferecidos no gráfico, é evidente a considerável evasão do campo entre 1970 e 2010, computando o número de 13.481 moradores que optaram ou foram levados a deixar as propriedades rurais nos 40 anos apresentados. Inclusive, boa parte dos trabalhadores de alguns engenhos (como o Triunfo), são moradores da “zona urbana” de Areia, o que demonstra a preferência da população em habitar a sede do município, mesmo quando seus meios de subsistência se encontram no “espaço rural”¹².

Segundo FERREIRA (2010),

Alguns engenhos têm caído em fogo morto devido às alterações econômicas na região. Isto ocorre de uma série de fatores: os terrenos acidentados do Brejo, que não permitem a mecanização da lavoura; o problema da falta de trabalhadores rurais na região; o baixo preço da rapadura que dificulta o aumento do salário e o aumento da mão de obra. Por tudo isso alguns proprietários estão desistindo da produção canavieira, introduzindo a pecuária em suas terras, ocorrendo, assim mais uma mudança de cultura

¹² Essa é uma das características ressaltadas pelos teóricos quando da análise dos aspectos constitutivos da ruralidade no momento atual, que registram o “aumento do emprego em certas áreas rurais” (CARNEIRO e TEIXEIRA, 2012).

como forma de tentar resolver os problemas econômicos. (FERREIRA, 2010, p.63)

Entretanto, embora não possuam a mesma significância de outrora, nas duas últimas décadas os engenhos têm ampliado suas atividades e alcançado certa visibilidade enquanto unidades produtoras de aguardente e de rapadura¹³. Um dos principais motivos para esse retorno às tradicionais movimentações econômicas pautadas nos engenhos é a ampliação comercial da aguardente, que tem conseguido um mercado consumidor considerável. A “cachaça Triunfo”, produzida no engenho de mesmo nome, se constitui um dos exemplos mais emblemáticos da bem sucedida iniciativa econômica pautada nos elementos locais.

Outro aspecto que fomenta as práticas produtivas com base na cana-de-açúcar é a necessidade de alguns proprietários manterem vivas as características que fazem parte da história das localidades. O peso da tradição é sentido, principalmente, entre os produtores de rapadura, posto que, embora o produto venha perdendo a expressividade valorativa no mercado, tornando onerosa sua fabricação e negociação, alguns insistem em sua fabricação, ainda que não se detenham apenas a ela. Geralmente, nos engenhos em que há a produção da rapadura também se fabrica a aguardente como elemento complementar.

Alguns donos de engenhos, ao continuarem a produção da rapadura, buscam manter vivas imagens de um passado promissor, no qual seus grupos familiares tinham destaque e visibilidade por meio da produção desse elemento, inclusive projetando-se para além da esfera econômica, englobando a representação política, social e cultural. Essa continuidade e sua transmissão estão imbricadas dentro das relações de poder (BOURDIEU, 2011) que se estabelecem na sociedade areense por meio dos discursos e das práticas.

Outros proprietários, no entanto, embora reticentes quanto a parar o seu processo produtivo, terminam por não conseguirem manter suas atividades tradicionais. O Engenho Mineiro, por exemplo, parou a fabricação de rapadura por ser mais compensatório plantar a cana-de-açúcar para vender ao Engenho Triunfo, do que manter a atividade produtiva em questão¹⁴.

De acordo com SILVA; DINIZ (2009), a atual configuração econômica dos engenhos lhes propicia o desenvolvimento da seguinte produção¹⁵:

¹³ Parecer do secretário de infraestrutura do município de Areia, em 2012.

¹⁴ Dados fornecidos por um dos proprietários do Engenho Mineiro, Gutemberg Barreto, em entrevista no dia 16 de maio de 2012.

¹⁵ Alguns engenhos se detêm na fabricação de mais de um produto, sendo mais comum a associação da aguardente e da rapadura.

Quadro 2: Principais Produtos comercializados pelos engenhos areienses

Produtos	Nº de engenhos que comercializam
Açúcar mascavo	02
Cachaça	19
Rapadura	16
Melaço	03
Mel	06
Batida	03

Fonte: SILVA; DINIZ (2009)

Há, portanto, certo reaquecimento da economia areiense baseada no funcionamento dos engenhos nas duas últimas décadas, embora de forma modesta, sem a expressividade do tempo de outrora. Além dos dados expostos, pode-se afirmar que algumas iniciativas de cunho turístico têm impulsionado a revalorização de parte dessas áreas, principalmente mediante a implementação de um dos projetos do SEBRAE, o “*Caminho dos Engenhos*”¹⁶. Dentre outros que fazem (ou fizeram) parte desse circuito turístico, estão o Engenho Mineiro, o Engenho Bujari e o Engenho Triunfo.

O **Engenho Mineiro** possui uma extensão territorial de 150 hectares, dos quais 15 hectares são ocupados por plantações de cana-de-açúcar. Embora tenha sido uma das unidades mais representativas quanto à cultura de subsistência e produção de gêneros advindos da cana-de-açúcar em tempos remotos, no momento atual essas atividades não são praticadas de forma relevante, pois a propriedade, que há mais ou menos três décadas atrás contava no mínimo com 22 grupos familiares, hoje tem assentadas apenas duas famílias de trabalhadores, totalizando um número de 8 pessoas. Dessas pessoas contabilizadas, apenas duas são funcionárias do engenho (o vaqueiro e o ajudante de serviços gerais), sem direitos trabalhistas assegurados¹⁷.

Segundo seu proprietário, além do cultivo da cana-de-açúcar, a pecuária é apontada como atividade de grande significância para o engenho, além da produção de queijo e de polpa de frutas. Enquanto a cana, que anualmente chega a uma produção de 300 toneladas, é vendida a outros engenhos da região (Engenho Triunfo), o queijo e a polpa de frutas são destinados às padarias, lanchonetes e restaurantes da cidade. Entretanto, o referido engenho

¹⁶ “Os Caminhos do Engenho fazem parte do projeto ‘Roteiro Turístico do Brejo’, desenvolvido pelo Sebrae em dez municípios. Também integram o roteiro os ‘Caminhos do Frio’ e os ‘Caminhos do Padre Ibiapina’. (...) O Roteiro Turístico do Brejo surgiu em 2006 e envolve parceiros como o Sebrae/PB, prefeituras municipais, governo do Estado, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Ministério do Turismo e iniciativa privada”. www.investne.com.br/.../Caminho-do-Engenho - Acesso em 03 de Janeiro de 2013.

¹⁷ Dados fornecidos por um dos proprietários do Engenho Mineiro, Gutemberg Barreto, em entrevista no dia 16 de maio de 2012.

não mais realiza a produção do mel e do melaço. Outrora, importantes produtores de rapadura, hoje os proprietários não se detêm mais a atividades dessa natureza. Alguns dos motivos apresentados são os altos custos e a falta de mão de obra para esse tipo de trabalho.

Outra unidade rural que outrora gozou de destaque econômico na região é o **Engenho Bujari**, cuja extensão territorial chega a 500 hectares, sendo boa parte coberto por mata virgem, excetuando-se 80 hectares destinados à prática da pecuária, e cerca de 120 hectares voltados ao cultivo da cana-de-açúcar. Como a propriedade abriga 15 famílias (totalizando um número aproximado de 60 moradores), há a prática da cultura de subsistência¹⁸, principalmente o cultivo do milho, do feijão e da macaxeira. Os moradores também têm a liberdade de usufruir de frutas típicas encontradas no engenho¹⁹.

Do número de moradores exposto, 15 exercem funções na produção do engenho, como: corte e limpeza da cana, produção da cachaça e da rapadura, sendo essas atividades desenvolvidas na bagaceira, na casa de destilação ou em outras dependências do engenho. Por dia, esses trabalhadores conseguem produzir 1.800 kg de rapadura e 200 litros de cachaça.

Seguindo uma vertente menos tradicional quanto à produção dos derivados da cana-de-açúcar, se encontra o **Engenho Triunfo** que, em comparação aos demais engenhos da região brejeira, conta com um maquinário mais moderno no processo de fabricação da cachaça, que leva o mesmo nome da unidade produtiva. A cachaça Triunfo tem grande aceitação, tanto no mercado local, quanto em outras regiões do Brasil e no exterior.

De acordo com o administrador, o Engenho Triunfo tem por extensão territorial 120 hectares, dos quais aproximadamente 50 hectares são utilizados para o plantio e beneficiamento da cana-de-açúcar. Outras atividades agrícolas são realizadas visando atender as necessidades do próprio engenho. Embora não seja voltado diretamente para o comércio, o cultivo de mangueiras, cajueiros, mamoeiros, cajazeiras e jabuticabeiras possibilita o oferecimento de frutos da terra no processo de degustação da cachaça, momento oferecido aos turistas durante a visita. Além dessas práticas, também é realizada a plantação de culturas de subsistência, principalmente o feijão, o milho e a mandioca.

O engenho conta com 45 funcionários trabalhando em diversos setores: no corte da cana, na moagem, na destilação e no engarrafamento da cachaça. Os direitos trabalhistas dos

¹⁸ Os moradores do referido engenho constroem suas casas na propriedade, e nas proximidades efetuam o plantio de algumas culturas agrícolas para seu usufruto. Essas ações são isentas de obrigações para com o dono do engenho, que também não se preocupa em fornecer ferramentas ou sementes para esses grupos familiares. Além disso, os moradores podem colher os frutos das árvores localizadas nas terras ocupadas.

¹⁹ Dados fornecidos por Leonardo Jardelino, proprietário do Engenho Bujari, em entrevista no dia 08 de maio de 2012.

funcionários envolvidos no processo de produção são assegurados. Do número de trabalhadores sugeridos, apenas dois são moradores do referido engenho que, com suas famílias, computam o número de 10 pessoas a ocuparem o território de forma permanente.

A produção da cachaça atinge uma média de 60 mil garrafas por semana, totalizando uma média de 250 mil garrafas por mês. Para manter essa produtividade e o escoamento que ela demanda, são gerados vários empregos indiretos, uma média de 300 trabalhadores, como: agricultores de outros engenhos que fornecem a cana-de-açúcar para a produção da Cachaça Triunfo, transportadoras, recepcionistas, entre outros²⁰.

Embora a propriedade faça o cultivo da cana-de-açúcar para alimentar a demanda na produção da cachaça, é necessária a compra da cana produzida em propriedades circunvizinhas, nos engenhos de fogo morto que, mesmo sem produzir derivados da cana, executam seu plantio para a venda, sendo essa sua principal fonte de renda. No entanto, os proprietários do Engenho Triunfo almejam se tornar autossuficientes no que se refere à produção da cana-de-açúcar. Para tanto, começaram a adquirir propriedades na região, ampliando sua propriedade. Uma das primeiras aquisições foi o antigo Engenho Macaíba, que já produz a matéria-prima para a fabricação da cachaça.

De acordo com o administrador do Engenho Triunfo, uma das principais concorrentes da cachaça produzida nessa unidade é a que é fabricada em Pirpirituba, cujo nome é cachaça Serra Limpa que, inclusive, é autossuficiente no que se refere ao plantio da cana. Numa busca por não perder mercado consumidor e manter-se firme na concorrência, é imprescindível que o Engenho Triunfo também consiga plantar 100% do que necessite para alimentar suas máquinas.

O território areiense é, portanto, uma construção sócio-espacial e cultural quando compreendido enquanto espaço de uso, com forma, função e estrutura definidas com base nas relações grupais que nele se desenvolvem, tornando-o espaço vivido. Os engenhos abarcam em si toda uma complexidade relacional envolvendo questões econômicas, mas indo para além delas, formando um quadro social distinto e o caráter cultural do espaço rural, numa teia que não dispensa as relações de poder legitimados por meio do domínio simbólico.

Quer se trate de relações existenciais ou produtivas todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se auto modificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

²⁰ Dados fornecidos pelo administrador do Engenho Triunfo, em entrevista concedida no dia 16 de maio de 2012.

A forma de entendimento que os atores sociais formulam sobre o espaço está vinculada à construção mental e à sua construção concreta e cotidiana. O processo de inovação que se firma nos engenhos sugere serem essas unidades produtivas lugares de continuidades e descontinuidades, de ações variadas e representações múltiplas, já que vários são os atores sociais que neles atuam (donos de engenhos, trabalhadores, moradores, órgãos governamentais), cada grupo buscando a significância para esses espaços de vivência, de acordo com os valores por eles despertados.

Assim, sob a perspectiva idealista (simbólica) sugerida por HAESBAERT (2010), o território areiense suscita vários elementos representativos para os diversificados grupos sociais que o compõe. Portanto, a representação significa, (...) *“mais do que uma simples indicação da localidade dos fenômenos; ela permite, com efeito, resgatar a inteligibilidade que os fatos espaciais adquirem quando são compreendidos a partir de seus contextos próprios”*. (GOMES, 1996, p. 312)

O entendimento e reconhecimento do espaço pode ser apresentado de várias formas, de acordo com as necessidades dos atores sociais envolvidos em sua dinâmica. No caso de Areia, uma das formas oficiais de reconhecimento se deu a partir de seus dois processos de tombamento: em 1979 seu centro foi considerado pelo IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba), patrimônio estadual – primeira cidade paraibana a receber essa classificação (CAVALCANTI Filho & MOURA, 2003); em 2006, por intermédio do IPHAN, seu centro e entorno são tombados em nível federal ostentando, mais uma vez, a primazia nesse processo (BRASIL, 2009).

O fato de ter sido pioneira em vários acontecimentos e aspectos é utilizado pelos escritores que se detêm sobre a história local como sendo um elemento capaz de assegurar ao município um lugar de destaque entre às demais localidades circundantes.

(...) a primeira cidade a abolir a escravidão; onde foi criado o primeiro teatro do Estado, em 1859 (Teatro Minerva); e o primeiro município a possuir uma escola de ensino superior voltado às questões agrárias (Escola de Agronomia, hoje Centro de Ciências Agrárias). (SILVA, 2011, p.56)

O discurso enaltecedor de Horácio de Almeida continua sendo utilizado e ampliado entre os que se detêm a apresentar a cidade nos dias atuais²¹, vista como espaço da

²¹ Ver: CAVALCANTI Filho; Caju. O Patrimônio Arquitetônico de Areia: Um Inventário. João Pessoa: Ideia, 2005; CAVALCANTI Filho; Moura. O Patrimônio Ambiental Urbano de Areia. João Pessoa: Ideia, 2003.

expressividade cultural paraibana por ser o berço de vários artistas renomados, a exemplo de Pedro Américo, “*pintor de estilo Neoclassicista de projeção internacional*” (SILVA, 2006), Aurélio de Figueiredo e José Américo de Almeida. A história oficial e a expressividade dos renomados artistas locais permanecem em seu posto de destaque, inabaláveis.

Outro aspecto de grande relevância na literatura sobre o município areense diz respeito à sua constituição arquitetônica. Há destaque para a opulência dos sobrados, para os prédios geminados com detalhes fronteiros trabalhados ou cobertos por azulejos, para o conjunto de edificações comerciais homogeneizado (CAVALCANTI FILHO; MOURA, 2003), para o teatro de estilo imperial, e para as igrejas emblemáticas das relações religiosas e sociais. Ou seja, todo o conjunto arquitetônico da cidade é apresentado de forma a evidenciar sua importância dentro do contexto histórico cultural da Paraíba.

Foto 3: Solar José Rufino



Fonte: Acervo pessoal-Everaldo Gomes da Silva, 2010.

Os diversos autores que se detêm a analisar a significância do município areense afirmam que, embora o espaço urbano goze de maior visibilidade, é graças às iniciativas rurais que o centro histórico apresenta uma estrutura histórico/cultural de expressividade, pois foi a cana-de-açúcar que “*trouxe para o brejo Paraibano, em destaque o município de Areia, uma fonte de riqueza, vista em sua arquitetura remota do século XIX*” (SILVA; DINIZ, 2009, p.10). Portanto, há uma interrelação entre o urbano e o rural areense, sendo o primeiro visto como fruto da prosperidade do segundo. Como afirma MORAES (2008),

Em todas as versões consultadas, está o elemento rural, e durante todo o processo de desenvolvimento de Areia, percebe-se a força e a forte imposição das culturas e seus reflexos no desenvolvimento e na riqueza da cidade. A agricultura e a incipiente indústria açucareira foram os elementos propulsores do desenvolvimento areiense. (MORAES, 2008, p.34)

Nos antigos engenhos são encontradas construções do século XIX que chamam atenção por seus distintos detalhes arquitetônicos²². A casa grande do engenho Várzea (hoje Museu da Rapadura) demonstra o poder de seu antigo proprietário por meio das várias janelas (sinal de destaque social), além de portas espaçosas e um acervo mobiliário que desperta o imaginário dos visitantes²³. Esses objetos se constituem elementos de uma identidade local quando retratam a história dos antigos habitantes da região. Próximo à casa grande, se encontra uma das estalagens onde se processava a produção dos pães de açúcar, com moenda de tração animal, e vários outros objetos referentes à produção açucareira.

Foto 4: Casa Grande do Engenho Várzea (Museu da Rapadura)



Fonte: Acervo pessoal-Luciana Gomes, 2012.

A forma de apropriação do território rural areiense está vinculada à sua cultura e tradição, embora passe por transformações advindas graças às mudanças no setor agrícola e suas novas relações de convivência com o urbano, e com as novas visões que se proliferam sobre os espaços. Há, portanto, uma nova configuração do rural (CARNEIRO, 2012), inclusive por conta das nuances capitalistas, vistas muitas vezes como contraditórias por apresentar dois vieses distintos: por um lado busca a renovação, a mudança estrutural

²² Dado constatado mediante visita aos engenhos Bujari e Mineiro, em novembro de 2012.

²³ Parecer oferecido pelo guia turístico do museu, em visita no dia 24 de Junho de 2013.

apropriando-se do discurso que defende o conforto, a comodidade e o avanço nas práticas produtivas mediante um processo de modernização; por outro, valoriza o tradicional enquanto elemento de singularidade que pode ser explorado em atividades econômicas diferenciadas, como o turismo rural.

Essa forma diferenciada de se perceber o rural no Brasil é fruto da roupagem com a qual se reveste no período atual, em que se ressalta “*os ‘novos tipos de ocupações’, estimulados pela exploração do turismo e pela transformação de espaços rurais em áreas de lazer*” (CARNEIRO, 2012, p. 29).

Com relação ao processo de fabricação dos produtos baseados na cana-de-açúcar, algumas práticas continuam sendo utilizadas. Entretanto, muito se perdeu com o tempo e as mudanças por ele trazidas. Uma das tradições preservadas nos engenhos areienses é a maneira artesanal de se fabricar a rapadura que, sem maiores recursos tecnológicos, conta com a experiência do mestre para alcançar o ponto do melaço. Porém, as cantigas, antes entoadas no processo de fabricação, não mais são executadas, segundo os próprios trabalhadores²⁴. E, embora abundantes na região, a palha da bananeira dificilmente é utilizada para embalar a rapadura (como outrora), ainda que a batida seja embalada com a palha da cana-de-açúcar, prática comum desde que se iniciou a confecção do produto.

Com relação ao aspecto social e sua precipitação sobre o cultural, FERREIRA (2010) assegura que:

As mudanças sociais, que implicaram na diminuição do número de trabalhadores moradores dos engenhos, aos poucos extinguiram as festas religiosas, os folguedos populares e outras manifestações do folclore que tradicionalmente ocorriam nas propriedades. A tradição das cantigas também vem perdendo com o tempo, sobretudo aquelas entoadas pelos mestres durante o preparo da rapadura, sem que haja qualquer tipo de registro. Esse patrimônio intangível agrega ao engenho o valor cultural, e é uma parte importante dele que precisa ser preservada. (FERREIRA, 2010, p.78)

Esses aspectos encontrados nos engenhos fomentam os laços identitários dos grupos sociais com o local, munindo o território areiense de valor cultural, tanto no que se refere à sua história social e econômica, quanto à sua paisagem natural e construída. Assim, numa perspectiva relacional, o material e o imaterial formam um todo homogêneo, embora permeado por visões distintas e relações de conflito.

²⁴ Informação adquirida mediante entrevista realizada entre trabalhadores do engenho Bujari, no dia 8 de maio de 2012.

É a partir desse intercâmbio entre o sujeito e o espaço que surgem as representações territoriais, ou seja, os significados atribuídos aos lugares pelos grupos sociais que o produzem e dele se apropriam. Essas representações se configuram dentro de um espectro simbólico que leva em consideração um contexto abrangente, dando visibilidade às formulações sociais, políticas, econômicas e culturais que, inevitavelmente, revelam relações de poder.

1.3. Representações Territoriais: construções simbólicas e relações sociais no espaço

Partindo dos pressupostos que apresentam o território sob a perspectiva integradora, a história vivida por determinadas comunidades é um dos principais elementos de constituição do espaço. Desenvolve-se a relação entre a identidade dos grupos sociais dentro de seu âmbito de vivência e o seu consequente sentimento de pertença quando há a *“elucidação dos padrões de significação e a explicação interpretativa dos significados incorporados às formas simbólicas”*. (THOMPSON, 1995, p.176)

Essa se constitui uma das várias formas de leitura do espaço vivido que possibilita o olhar reflexivo e que permite a compreensão dos significados dos lugares (CASTELLAR, 2000). Revestido de novas significâncias, o território abarca o sentido imaginário, despertando as identidades sociais e culturais. Para além das relações de poder, são levadas em consideração as experiências dos indivíduos com o seu entorno no decorrer do tempo e diante das inevitáveis mudanças que acompanham as temporalidades. E é essa possibilidade de vislumbre que forma as bases propícias para o desenvolvimento das Representações Territoriais, que seria como se processam o entendimento e a valoração do espaço de vivência pelos grupos sociais que o constituem, num processo que suscita a subjetividade e as referências identitárias.

Parafraseando SILVEIRA e RONSINI (2001),

Nas representações articulam-se forma e conteúdo para produzir mensagens, onde a autoconsciência do sujeito enquanto identidade representada determina contemplar a realidade da identidade como realidade representada. (SILVEIRA; RONSINI, 2001, p.24)

As Representações Territoriais têm no âmbito das construções históricas e sociais das localidades suas condições de existência. Nesses espaços de vivência, são desenvolvidos processos de significâncias que dão aos seus elementos constitutivos valores próprios, ímpares, gerando simbologias que ganham força mediante elaborações discursivas que

defendem os interesses identitários de determinados grupos sociais. Portanto, as Representações territoriais são forjadas mediante o despertar da sentimentalidade dos atores sociais para com a localidade da qual se sentem parte, de acordo com os modelos interpretativos que surgem na dimensão identitária dos territórios.

A identidade, enquanto produto sociocultural, pode ser objeto de interesse geográfico quando se torna elemento plasmante das disposições territoriais ou, mais em geral, quando determina, ou está em grau de determinar, modificações estruturais, relacionais e de sentido no espaço geográfico. (POLLICE, 2010, p. 08)

Sendo assim, as Representações Territoriais têm na cultura um de seus pontos de apoio, uma vez que ela se torna um elemento condutor das referências subjetivas das quais se reveste o lugar e, conseqüentemente, toma parte do processo de construção e reconstrução do espaço vivido. À cultura é creditada também a possibilidade de articular os aspectos social e simbólico (POLLICE, 2010) por meio de suas várias formas de expressão que, por sua vez, despertam variados olhares e interpretações.

Dentre os principais aspectos culturais representativos estão aqueles cuja materialidade permite a comunicação dos atributos locais de forma mais concreta, palpável, sendo considerados valiosos elementos de construção do espaço por também virem nutridos de simbologias (HAESBAERT, 1997). As elaborações arquitetônicas são um dos mais destacados bens materiais que sugerem a identidade de grupos sociais que se encontram presentes em determinados lugares e contextos. Esses elementos construídos são analisados sob uma perspectiva integradora quando são capazes de comunicar algo mais que estilos e aparências, quando são capazes de despertar sentimentos, instigar a subjetividade e ligar homens e espaço num elo paralelo e contínuo, que tem nas construções diárias um emaranhado de teias que se complementam no curso da história.

Essa importância para além da materialidade que é atribuída aos elementos que formam os lugares é o que possibilita a construção das representações territoriais. Como afirma HAESBAERT (1997), é com base nessa leitura que o território passa a ser entendido como “*culturalista*”, fruto do imaginário que nutre a identidade sociocultural sobre o espaço. As representações territoriais são, portanto, “*o sentido de pertencer a uma região*” (HAESBAERT, 1997, p.25), levando em consideração que:

A força dos símbolos, das imagens e do imaginário (...) possui um inegável valor explicativo. (...) as representações permanecem nos dispositivos

simbólicos, nas práticas codificadas e ritualizadas, no imaginário e em suas projeções. (CASTRO, 1997, p.156)

Em se tratando dos espaços rurais que formam o território areiense, os conhecimentos construídos e compartilhados o dotam de significâncias subjetivas, seja por meio da vivência cotidiana daqueles que o compõem na atualidade, seja pelas concepções e ideologias que foram formuladas no transcorrer da história. A caracterização do rural enquanto primeiro espaço de desenvolvimento de atividades econômicas e de socialização no município o torna *“território (...) cultural dinâmico, como lugar de produção de vida, trabalho, cultura, saberes e valores”* (ARROYO, 2006, p. 10). A singularidade quanto à utilização do espaço rural, o estilo de vida que ele suscita, suas especificidades físico-naturais, e a forma como é entendido são as bases das referências identitárias que lhe constituem.

Este mundo rural se move em um espaço específico, o espaço rural, entendido em sua dupla face. Em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado. Faz-se, aqui, referência à construção sociais do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional). (WANDERLEY, 2001, p. 32)

Os engenhos areienses guardam em si aspectos materiais e imateriais vistos como emblemáticos da história econômica e social da região. A estrutura física e as práticas culturais revestem esses lugares de singularidade e representatividade, guarnecendo-os de elementos identitários que conectam os atores sociais ao cenário local, num processo interativo e contínuo. Entretanto, é importante ressaltar a oferta simbólica heterogênea que os engenhos oferecem, pois vários são os grupos sociais que lançam sobre eles os seus olhares, entendendo-o e modelando-o de acordo com suas perspectivas, anseios e necessidades.

Para os donos de engenhos, as unidades produtoras têm sua significância atrelada ao surgimento da cidade e ao desenvolvimento econômico e cultural da região. Segundo um dos proprietários de Engenho Mineiro, sua unidade produtiva existe desde 1874, assistindo e participando das etapas de crescimento do município, assim também como de seus momentos de crise na agricultura e de decadência no que concerne à economia.

De acordo com o proprietário, deve-se ter em mente que a história dos engenhos areienses, principalmente os que datam do século XIX, está intimamente ligada ao surgimento

da cidade. Sendo assim, os engenhos se tornam parte indissociável da história do município. Além disso, levanta a importância do resgate do cultural, numa busca pela revalorização dos antepassados que fizeram parte da construção das unidades produtivas e que deram os contornos à economia, às práticas artísticas e à arquitetura local.

Seguindo um viés discursivo similar, o proprietário do Engenho Bujari afirma serem os engenhos elementos de representatividade quanto às questões concernentes à economia e aos pioneirismos nesses espaços. Ele afirma:

O Engenho Bujari faz parte da formação socioeconômica e cultural da região. Posso afirmar que é o fato dessa propriedade ter originado várias culturas econômicas que acabaram alavancando a economia local como, por exemplo, introduzindo o agave pioneiramente nessas redondezas- por Germano de Freitas-, o café e o açúcar. A máquina de desfibrar também foi empregada pela primeira vez aqui. (L. J., proprietário do Engenho Bujari, em setembro de 2012)

Quanto à representatividade do Engenho Triunfo, mais uma vez é dado ênfase ao aspecto econômico excluindo-se, entretanto, sua contribuição quanto à importância cultural. De acordo com o administrador da referida unidade produtiva, o engenho existe há apenas 15 anos, não possuindo ligações quanto à história socioeconômica do município em séculos anteriores. Mas, se levado em consideração o momento atual, essa unidade se destaca quanto às questões trabalhistas, pois gera muitos empregos para moradores da cidade e alguns que habitam a propriedade (membros de duas famílias).

Foto 5: Depósitos de conservação da cachaça Triunfo



Fonte: Acervo pessoal – Vanderleia dos Santos, 2012

Os discursos proferidos pelos proprietários e administradores dos engenhos Mineiro, Bujari e Triunfo, deixam claro que para esse grupo o território possui uma conotação simbólica e concreta de apropriação e, portanto, uma perspectiva integradora que suscita tanto as experiências vividas no local, quanto as necessidades de uso do espaço. Para Lefebvre, são

as práticas sociais e técnicas sobre o espaço natural que o transformam, mediante um processo de dominação que tem por intuito atender as necessidades do grupo (LEFEBVRE, 2000, p.191).

As representações desprendidas sobre o território, em se tratando do grupo específico dos donos de engenhos, têm na vertente econômica a maior visibilidade, posto que o espaço é entendido como fonte de recursos. Sob outro olhar, é possível se perceber o entendimento do território com base na vertente cultural quando se evidencia o caráter simbólico e subjetivo dos engenhos.

Ao suscitarem a importância dessas unidades produtivas na construção da economia local e do desenvolvimento artístico em momentos anteriores, resgatando valores e dando visibilidade a personagens ilustres (por vezes membros da família dos atuais proprietários), há uma apropriação simbólica do território e uma tentativa de manter viva a importância de grupos familiares que outrora eram os eixos formadores da política e da economia locais.

A importância cultural dos engenhos é resguardada entre os proprietários, a exemplo do dono do Engenho Bujari, quando este afirma que, mesmo sendo a rapadura um produto mais oneroso que a cachaça, não há pretensão de sua parte em extinguir a confecção desse derivado da cana, pois é uma forma de manter viva a memória de seu pai, destacado fabricante de rapadura na região em tempos anteriores. Valendo-se da procura pelo produto por outras camadas da sociedade que não as mais carentes, a qualidade, pureza e as embalagens foram modificadas buscando assim, atender um novo mercado consumidor que cada vez mais valoriza os artefatos locais.

Foto 6: Fabricação artesanal da rapadura – Engenho Bujari



Fonte: Acervo pessoal –
Vanderleia dos Santos, 2012



Embora passando por um melhoramento quanto à fabricação dos produtos derivados da cana-de-açúcar, no Engenho Bujari são mantidas as formas tradicionais de produção, nutrindo o espaço com bens imateriais a partir dos “modos de fazer” antigos, agregando aos elementos fabricados uma importância simbólica. Entretanto, determinadas iniciativas e atitudes se modificam na tentativa de atender as demandas e no intuito de tornar mais atraentes os produtos. A palha da bananeira que em momentos anteriores servia para embalar a rapadura, por exemplo, vem sendo substituída pelas embalagens plásticas.

Outro elemento da construção rural que atesta as mudanças e continuidades nos engenhos são as edificações. O proprietário do Engenho Mineiro que exerce a administração da propriedade construiu, há poucos anos, a casa em que mora com sua esposa e filhos, mas mantém preservada a antiga “casa grande”, habitada por seus pais. Aos visitantes que chegam, apresenta com orgulho os detalhes arquitetônicos que remontam o século XIX, ampliando a importância do engenho enquanto elemento emblemático da história do município do qual participaram ativamente seus antepassados. E, embora se encontre de “fogo morto”, faz questão que prevaleçam as construções reservadas propriamente à produção e parte dos objetos voltados à produção de artefatos originários da cana-de-açúcar.

Foto 7: Moenda utilizada para extração do caldo da cana-de-açúcar – Engenho Mineiro



Fonte: Acervo pessoal – Vanderleia dos Santos

Essas iniciativas de preservação permitem que sejam apreendidos muitos elementos e práticas que se faziam presentes na zona rural em períodos anteriores. Utensílios, artefatos, ferramentas dão ideia dos modos de ser, fazer e viver de grupos sociais que habitavam e trabalhavam nessas localidades. Além disso, permite a reflexão sobre os principais motivos que levam esses proprietários a manterem viva a memória de um passado próspero, cujos principais beneficiados eram seus antepassados, que conseguem destaque tanto no aspecto econômico, quanto político e social. É uma forma de legitimidade, um orgulho fundamentado numa construção histórica que dá visibilidade a um grupo social que, mesmo não gozando na atualidade, da significância produtiva e social de outrora, reivindica certo status por ser descendente de figuras ilustres, vistas como responsáveis pela construção histórico-cultural que Areia logra nos dias atuais.

Como afirma FERREIRA (2012):

As propriedades rurais constituem formas originais de organização do espaço humano, locais de vida e trabalho onde se preservam um rico repositório de singulares modos de vida, de saber e fazer (...). Esta característica leva à existência de uma infraestrutura que agrega edificações, com uma linguagem arquitetônica própria que favorecem o surgimento de formas construídas e paisagens singulares. (FERREIRA, 2012, p. 26)

Embora não seja um engenho tradicional, o Triunfo tem certa visibilidade graças à tradição da região em produzir artefatos advindos da cana-de-açúcar. Sendo recente, não participou do círculo agrícola pelo qual passou boa parte das unidades produtoras da região, mas se beneficiou desse histórico econômico, sendo um dos engenhos mais visitados, na atualidade, pelos turistas que adentram a zona rural areiense. Evidente que o fato de estar numa zona que sofreu influência da cana-de-açúcar não é o único motivo para a importância e evolução do engenho. De acordo com seu administrador, várias foram as iniciativas nesses quinze anos que permitiram a ascensão e destaque produtivo do Engenho Triunfo, indo desde qualificações a investimentos consistentes nas atividades produtivas, além de incentivos e apoio recebidos do SEBRAE, entre outros órgãos.

De acordo com o administrador do Engenho Triunfo:

A representatividade que o engenho tem para nós que estamos envolvidos com ele é mais voltada para as questões de ordem prática. A propriedade na qual ele está localizado pertence ao pai do atual proprietário. Ele e a esposa investiram, desenvolveram e colocaram o empreendimento para frente, iniciativa que gerou vários empregos na região, dando possibilidades de melhoria de vida para muitas pessoas. (Administrador do Engenho Triunfo, em setembro de 2012)

Para os proprietários de engenhos, o território é compreendido dentro do contexto de vivência, sendo interpretado mediante direcionamento discursivo que legitima a importância do grupo social do qual fazem parte, no que concerne à economia, à história e à cultura da região. Os espaços de subjetividade possibilitam as construções representativas que, ao serem expressas pela linguagem, dão sentido ao lugar mediante as aspirações daqueles que propagam as ideias e que nutrem os engenhos de simbologia, recriando experiências e interpretando as construções (vistas como patrimônio) materiais e imateriais, tornando visíveis os sentimentos e as lembranças localizadas na memória. Sendo assim, torna-se necessário perceber “*a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento*” (PORTELLI, 2005, p. 69)

Preservar, valorizar e propagar, portanto, incidem sobre a questão do poder simbólico. Os proprietários de engenho vêm na continuidade de práticas e na conservação de elementos materiais (estalagens do engenho e seu maquinário) uma forma de consolidar sua importância num momento que não lhes é favorável como outrora. Seus entes, que tamanha relevância tiveram para a localidade em se tratando das questões econômicas, políticas e sociais, deixam-lhes um legado que não pode ser esquecido, ignorado. E como herdeiros desse legado, esse grupo exige que para si sejam voltados os olhares e as iniciativas de investimento governamentais. Os símbolos, portanto, estariam a serviço das classes dominantes (BOUDIEU, 2011).

As ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante, dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. (BOUDIEU, 2011, p. 10-11)

Os donos de engenho areienses, ainda hoje, são os que “mandam”, os que possuem a terra que serve de moradia para seus trabalhadores, que olham do alto - da casa grande - os arredores extensos (produtivos ou não) que lhes pertencem. Os atores sociais, e nessa primeira

instância os proprietários de engenhos, agem sobre o território de acordo com a percepção que ele suscita, sofrendo influência das dimensões econômicas, culturais, políticas e naturais, num movimento imbricado e dialético capaz de fomentar a consciência de si. Isso porque:

Esses espaços são artifícios que permitem conceber a relação dos homens com seu passado, por possuir lugares marcados pelas disputas, construções, vivências de lazer, (de trabalho), entre outros pontos que abrem caminho para a reflexão dos projetos fincados na história da comunidade local. (SILVA, 2011, p. 64)

Entretanto, os engenhos areienses, enquanto espaços de vivência e de entendimento múltiplo, têm importância que abrange outros grupos sociais, a exemplo dos trabalhadores, homens e mulheres responsáveis pelas atividades desempenhadas nessas unidades produtoras. Embora tenha havido uma saída massiva dos habitantes do engenho para os núcleos urbanos, é possível localizar alguns grupos familiares dentro dos engenhos Mineiro, Bujari e Triunfo.

O Engenho Mineiro, que há mais ou menos duas décadas chegou a abrigar 22 famílias²⁵, hoje tem esse número reduzido para duas famílias, computando um total de 8 pessoas. Dessa soma, a propriedade conta com constância com os serviços de apenas dois funcionários: um vaqueiro e um ajudante de serviços gerais. Em tempos de plantio e de corte da cana, são contratados trabalhadores e utilizados os demais moradores da propriedade.

Para os dois funcionários do Engenho Mineiro, a propriedade possibilita uma melhor qualidade de vida, já que nas terras eles possuem plantações de subsistência que os permitem alimentar a família, além de moradia assegurada e um trabalho (mesmo sem direitos trabalhistas garantidos) que complementa aquilo que eles não retiram da terra. Visto como um ambiente tranquilo, que passa segurança, o engenho é defendido pelos trabalhadores em questão como um lugar muito bom para se criar os filhos, embora um pouco distante das escolas.

Um dos trabalhadores do Engenho Mineiro que mora na cidade desde três anos atrás relata que quando tinha quatro anos foi levado a morar com o avô na referida propriedade, e aos sete anos começou a ajudá-lo nas lidas do dia. Afirma que, nos 39 anos em que vem servindo, realizou atividades diversas. No período de moagem, limpava o caldo, cozinhava e cortava a rapadura, ofício herdado do avô. E complementa:

Já faz uns oito anos que o engenho não tá moendo, aí eu planto cana, limpo, e quando tá no ponto, ajudo a cortar. Eu ganho por produção, na diária. Também ajudo a tomar conta do gado. E mesmo tendo vindo morar na cidade, tenho lá na propriedade umas plantações de milho, feijão, macaxeira,

²⁵ Dado relatado por um dos herdeiros do referido engenho em entrevista no mês de outubro de 2012.

batata, mandioca e fava. Só vim pra cidade por causa da mulher, com os meninos crescendo ela achou melhor vir pra cidade. Por mim, tava morando lá até hoje. Tô na cidade, mas passo o dia todo no Mineiro. Esse engenho pra mim é tudo. Foi onde cresci, criei meus filhos, e foi lá que eu arrumei e ainda arrumo o sustento da minha família. Aprendi a ser gente com meu avô, que me ensinou o valor do trabalho. Tenho muita lembrança boa do Engenho Mineiro. (Trabalhador do Engenho Mineiro, em setembro de 2012)

O engenho caracteriza-se, de acordo com os relatos apresentados, como um espaço de memória por propiciar o resgate de acontecimentos vividos, recriados e recontados. Essa relação entre memória e identidade nutre o território de significância, tornando-o representativo para os atores sociais ou para o grupo ao qual eles pertençam. Para HAESBAERT (1999), *“a identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta”* (HAESBAERT, 1999, p. 172).

O modo como o engenho é percebido pelos trabalhadores, cujos entendimentos e falas foram expostos, permite assegurar que suas representações se formam mediante o conhecimento do espaço em que se encontram, a partir de sua vivência e suas formulações mentais pautadas na memória. Um espaço que oferece a sobrevivência e que é carregado de emoções e sensações por remeter o trabalhador a momentos e práticas passadas. O engenho, assim entendido, transforma-se em espaço de relações sociais, políticas e econômicas, e num elemento simbólico identitário. A representação e os laços de pertencimento surgem, portanto, *“não como uma essência intemporal que se manifesta, mas como uma construção imaginária que se narra”* (CANCLINI, 2005, p. 117).

Entre os moradores mais antigos do Bujari, o território também possui uma representatividade ampla. Para uma das mulheres que nasceu e cresceu na propriedade, o engenho lhe remete a boas recordações, desde os tempos de seus avós quando estes realizavam trabalhos diversos, indo do plantio da cana-de-açúcar à confecção da rapadura. As tradicionais atividades foram realizadas também por seus pais, que a levavam consigo quando se destinavam aos trabalhos produtivos. Ela relata:

Eu era bem pequena, mas lembro que meu pai levava um radinho quando ia fazer a rapadura. Aquelas músicas antigas, sabe?!... Bonitas! Quando escuto hoje me lembro muito dele. Um homem muito trabalhador. Minha mãe também trabalhava no engenho. Ah! Era todo mundo trabalhando aqui: meus tios, primos, tudo, tudo. Meu marido também trabalhou, e hoje a gente tem dois filhos que ajudam a fazer rapadura. Um dos meus meninos, o tio até queria levar pra São Paulo pra receber R\$ 2.000,00 por mês, mas quem disse que ele quis ir?! Eles gostam muito daqui. (M. S., moradora do Engenho Bujari, em setembro de 2012)

Para a referida moradora, o engenho é o cenário no qual sua vida foi se construindo por gerações seguidas. Em outro momento, afirma não se imaginar deixando a casa em que mora, nem o engenho que marcou sua infância, onde é possível recordar tantos momentos bons.

Às vezes eu fecho os olhos e vejo direitinho meu pai com aquele chapéu na cabeça, a enxada na mão, o suor escorrendo de tanto trabalhar. Mas a gente era feliz, nunca passou fome. Não tinha luxo, mas na miséria ninguém vivia. A gente tomava garapa o quanto queria, comia puxa... era bom demais. Meus pais tinham roçado, plantavam feijão, milho, mandioca, e também criavam ovelhas. Hoje a gente ainda planta as mesmas coisas e cria galinha e porco. Isso aqui é minha vida. Meus avós, meus pais, eu e meu marido, os filhos e meus netos agora, tudo criado aqui.

Seus relatos misturam o saudosismo, a identidade com o território e a importância do mesmo para a subsistência de toda uma família por gerações. O engenho é, portanto, constituído por elementos simbólicos e concretos, unindo subjetividade e objetividade na elaboração de consciências individuais e conjuntas, com base na perspectiva integradora.

Para Bossè (2004), os atores sociais (...) *“recebem e percebem, constroem e reivindicam identidades cristalizadas em suas representações e em suas interpretações dos lugares e das relações sociais”* (BOSSÈ, 2004, p. 158). As representações são construídas no transcorrer da história por meio de práticas discursivas que são acrescidas mediante novas vivências e novos relatos, que muitas das vezes vêm a legitimar antigos sentidos e valores atribuídos aos espaços. Os engenhos areienses, nutridos dessas representações, surgem como lugares de pertencimento, já que seus elementos constitutivos vão para além da materialidade, sendo perpassados por significâncias que possibilitam a integração entre o território e os atores sociais.

A importância simbólica atribuída ao território pelos trabalhadores das duas unidades produtivas (Engenho Mineiro e Engenho Bujari) recebe uma nova conotação. Embora dentro do contexto de produção e sendo personagens atuantes no processo de continuação da moagem e confecção dos produtos baseados na cana-de-açúcar, para esses atores sociais o engenho se apresenta como um espaço que traduz os traços culturais e cotidianos do grupo a que fazem parte. Não é a expressividade arquitetônica por si só ou a visibilidade e projeção econômica que os engenhos propiciaram aos antigos donos e seus herdeiros o que lhes fala mais alto, e sim as construções das relações cotidianas que eles suscitam, os espaços de vivência que neles se encontram.

Esses campos de produção simbólica (BOUDIEU, 2011) são onde se formam as lutas, também simbólicas, percebidas no cotidiano, por meio das representações que são formuladas

sobre o território. O valor que os engenhos suscitam, embora exista um discurso tido como oficial, é diverso, amplo e estruturado a partir das relações de sentido.

Em se tratando dos trabalhadores do Engenho Triunfo, há uma atenção voltada principalmente para a praticidade que a unidade propicia. Criado recentemente e direcionado principalmente para as necessidades de ordem comercial, é visto por aqueles que o compõem sob uma perspectiva materialista. Os funcionários do referido engenho (quase em sua totalidade) moram na zona urbana de Areia, deslocando-se diariamente para o local de trabalho por meio de transportes pessoais ou destinados pela empresa. Seus direitos trabalhistas são assegurados, sendo todos contratados e com carteira assinada.

Esses funcionários percebem o engenho como elemento de geração de emprego e renda para a região, sendo essa a sua principal contribuição para o município. Embora não seja um engenho tradicional, é o mais procurado pelos visitantes que buscam conhecer a zona rural de Areia. Isso se deve à propagação da cachaça produzida na unidade e à visão empreendedora dos proprietários.

Uma das funcionárias do Engenho Triunfo, indagada sobre a importância do empreendimento para Areia, afirmou:

Aqui representa muita coisa na minha vida porque é aqui que eu consigo o meu salário. Se não fosse o engenho, eu estaria desempregada porque em Areia é muito difícil conseguir emprego. Esse trabalho foi uma oportunidade única que surgiu na minha vida, e eu agradeço muito aos proprietários por isso. (Recepcionista do Engenho Triunfo, em setembro de 2012)

Segundo o gerente, o Engenho Triunfo possui um amplo mercado consumidor para sua cachaça, tanto no que concerne às transações comerciais entre as regiões brasileiras, como para o exterior. Gradativamente, com o aumento da demanda, surge a necessidade de novos profissionais e de mais matéria prima. Por esses motivos, os proprietários têm ampliado a propriedade para o plantio da cana-de-açúcar e, em evidência, há maior geração de emprego.

Os laços emocionais que se encontram presentes nos relatos dos trabalhadores do Engenho Mineiro e do Engenho Bujari, não têm a mesma expressividade em se tratando do Engenho Triunfo. A representação evidente que a última unidade produtora citada possui é a de propiciar um aparato econômico para seus funcionários por meio da geração de renda e de emprego.

O engenho Triunfo se encontra dentro do quadro capitalista que se utiliza da cultura enquanto elemento singular para a promoção da localidade, *“exatamente porque as alegações de singularidade e autenticidade podem ser melhor articuladas enquanto alegações culturais distintas irreplicáveis”* (HARVEY, 2006, p. 227). Mesmo não sendo um engenho tradicional,

o Triunfo se vale do histórico sócio/econômico da região para promover-se e dar visibilidade a seu produto, conseguindo unir as necessidades comerciais aos bens simbólicos. E, dentro dessa realidade, os funcionários são levados a desempenhar suas funções de modo sistemático e padronizado, de forma que venha a garantir a produtividade almejada. A relação com o engenho, portanto, torna-se prática, objetiva, dando os contornos a uma representatividade materialista da unidade produtora.

Para HARVEY (2006),

Ao procurar explorar valores de autenticidade, localidade, história, cultura, memórias coletivas e tradição, abrem espaço para a reflexão e a ação política, nas quais alternativas podem ser tanto planejadas como perseguidas. (HARVEY, 2006, p. 239)

Embora a relação comercial seja percebida nos três engenhos analisados, o Triunfo se destaca dentro dos moldes capitalistas: tem uma produção em série mais ampla, com funcionários assistidos em seus direitos legais, mantém transações comerciais para além das fronteiras nacionais, utiliza-se de máquinas na confecção da cachaça, possui um funcionário específico voltado para a administração da empresa, busca ser autossuficiente com relação ao plantio da cana (a matéria-prima da qual o engenho se alimenta). E essa conduta repercute sobre o entendimento de seus trabalhadores sobre o espaço que inclusive, salvo dois deles, não habitam a localidade, característica comum a uma empresa rural, mas que foge às tradicionais relações entre os trabalhadores e os engenhos na região.

Seguindo a tendência capitalista, o SEBRAE sugere serem as localidades nutridas de potencialidades que podem ser exploradas em vista ao desenvolvimento. Para os agentes que representam o órgão e que buscam construir parcerias com a sociedade areiense, a zona rural do município possui grande expressividade cultural, arquitetônica e histórica²⁶. De acordo com o referido órgão, os elementos diversos (como a culinária típica; a ambiência natural e construída; os costumes na fabricação da cachaça, melaço e rapadura), unidos a iniciativas planejadas e ousadas de promoção da tradição local poderiam se apresentar como um grande atrativo na região.

A produção cultural dos engenhos, seus artefatos e os atributos naturais representam, para o SEBRAE, parte integrante das possibilidades de crescimento econômico para a cidade de Areia, principalmente a partir da associação com o turismo. Vendo o espaço rural como um elemento de promoção do local mediante iniciativas turísticas, o órgão institucional oferece apoio por meio de capacitações, parcerias com os proprietários, implementação de

²⁶ Parecer de um dos representantes do SEBRAE em uma de suas visitas ao município, em novembro de 2012.

associações de turismo rural, material gráfico com as etapas para o alcance do desenvolvimento na zona rural, entre outras medidas²⁷.

Em reunião com grupos artísticos areienses²⁸, os representantes do SEBRAE sugeriram a integração entre os dois espaços que unem o território (zona rural e urbana), alegando serem dois núcleos indissociáveis e, num processo complementar, o aspecto cultural ficaria em evidência, com apresentações musicais mediante projetos, como “violino ao pôr do sol” e “sacada musical”, que seriam apresentados em construções históricas do centro da cidade, após visitas aos engenhos. Ou seja, os turistas teriam a oportunidade de conhecer o processo de fabricação da cachaça, da rapadura e demais derivados da cana-de-açúcar e, como culminância viriam as apresentações musicais, promovendo a produção cultural do território areiense. Além disso, o SEBRAE destaca a riqueza natural dos engenhos, com matas em abundância, relevo irregular e clima ameno como atrativos naturais.

Os discursos do SEBRAE apontam para o imprescindível melhoramento do ambiente empreendedor nos municípios para que haja o desenvolvimento local, principalmente a partir do estímulo a pequenos negócios.

Nesse sentido, a Prefeitura possui um papel fundamental a cumprir para promover os valores da cultura empreendedora e da competitividade, bases fundamentais para o desenvolvimento econômico e social. O governo municipal tem um papel de destaque a realizar para gerar emprego, renda, dinamizar o comércio, o turismo, apoiar o associativismo e estimular a sustentabilidade dos programas sociais e de apoio solidário. (CRESTANA, 2005, p. 37)

Para os representantes da instituição, os engenhos são vistos sob a perspectiva materialista quando o destaque recai sob a possibilidade que a região possui de gerar emprego e renda. Embora trabalhe com a imaterialidade, como a forma tradicional de confecção dos produtos advindos da cana, o artesanato realizado na zona rural, o fim último do território seria o desenvolvimento econômico que ele pode propiciar se trabalhadas suas potencialidades²⁹. Com esse discurso, o SEBRAE consegue vencer certas oposições às iniciativas de fomento à indústria do conhecimento e do patrimônio.

Segundo HARVEY (2006, p. 235), *“o que está em jogo é o poder do capital simbólico coletivo, isto é, o poder dos marcos especiais de distinção vinculados a algum lugar, dotados*

²⁷ Ver, em anexo, material de divulgação dos atrativos locais, com o apoio do SEBRAE.

²⁸ No ano de 2012, o SEBRAE realizou várias reuniões com grupos artísticos locais na tentativa de conjugar apresentações culturais às visitas dos turistas, tanto na zona urbana do município quanto na zona rural, tornando mais atrativos os passeios turísticos aos engenhos.

²⁹ Esse parecer dos representantes do SEBRAE foi exposto nas várias reuniões realizadas no município de Areia no ano de 2012.

de um poder de atração importante em relação aos fluxos de capital de modo mais geral”. Essa é a representatividade que o território areiense desperta no SEBRAE: um local dotado de riquezas naturais, arquitetônicas e culturais que pode ser explorado em nome da geração de emprego e renda por meio de atividades turísticas³⁰. Ainda que predominantemente materialista, a perspectiva em voga, com relação à instituição, também passa pela perspectiva integradora apresentada por HAESBAERT (2010), posto que a cultura está em evidência na busca pela promoção do local. Os modos de ser e fazer nos engenhos entram como um atrativo essencial, um produto a ser consumido, o que mostra a junção entre a produção imaterial e as necessidades materiais numa mesma esfera.

O SEBRAE vê o espaço areiense como uma organização coletiva que deve procurar conhecer e potencializar os aspectos locais que venham beneficiar economicamente o município. Para tanto, acredita ser indissociável a relação entre os vários setores da sociedade, abarcando iniciativas particulares e públicas³¹. Seria ele o órgão mediador, o orientador desse processo que desembocaria na identificação da vocação turística a ser desenvolvida, tanto na zona rural como urbana. É por acreditar nessas possibilidades de crescimento para o local que defende a necessidade de:

(...) sensibilizar e mobilizar os participantes por meio da demonstração do potencial turístico e econômico da região, buscando o envolvimento e participação de cada um, seja para agregar valor às atividades existentes, seja para organizar e construir novas atividades turísticas como foco na produção associada. (BRASIL, 2011, p. 32)

A perspectiva materialista defendida pelo SEBRAE com relação ao território areiense é incorporada também pelos gestores das secretarias de Turismo e Cultura da cidade de Areia. Para o gestor de turismo³², o entrelaçamento entre o cultural, o ambiental e as necessidades comerciais é uma das saídas mais viáveis para o município. De acordo com o secretário, Areia possui uma estrutura rural receptiva de grande significância, pois é formada por uma paisagem marcada por exuberante área verde, recortada por várias cachoeiras. Esses atrativos naturais são transformados em locais de lazer mediante implementação de pesque-pagues, balneários, entre outras iniciativas dessa natureza.

A esses elementos, unem-se os engenhos, cuja representatividade, para o gestor de turismo, é material e imaterial, posto que tanto agrega valor econômico para a região (por

³⁰ IVO, Fernando. Agência SEBRAE de Notícias - PB, 13.11.2012. www.agenciasebrae.com.br. Acesso em 06 de Julho de 2013.

³¹ Parecer mediante análise do artigo da ASN (Agência SEBRAE de Notícias), 15.01.2013. www.agenciasebrae.com.br. Acesso em 06 de Julho de 2013.

³² Dados coletados por meio de entrevista, realizada no dia 09 de julho de 2012.

meio da produção de aguardente e rapadura), como é expressão da história sócio-econômica e cultural do Estado da Paraíba. Sendo boa parte dos engenhos datados do século XIX, possibilitam a revalorização e revitalização de culturas passadas quando revisitadas e reutilizadas, principalmente enquanto elementos de reclamo turístico.

Embora não se distancie da necessidade de se utilizar os elementos culturais para o alcance de melhorias nas condições econômicas e sociais, a gestora de cultura critica o direcionamento predominantemente materialista do SEBRAE³³. Segundo ela, o discurso objetivo e as ações dessa entidade artificializam os símbolos identitários que formam o espaço areense. De acordo com as suas concepções, o cultural deve ser valorizado, primeiramente, por toda sua significância enquanto elemento de luta, de resistência, de pertencimento, de identificação, tendo na comunidade local seu maior agente de preservação e propagação. Essas críticas ao SEBRAE evidenciam as controvérsias existentes entre representantes de órgãos públicos quanto à forma de utilização e a expressividade dos elementos culturais que permeiam o espaço areense, inclusive com relação aos engenhos.

Para a gestora de cultura, sem Areia a cultura paraibana estaria extremamente pobre. E expõe:

Areia foi um dos principais municípios culturais do século XIX. Pra se ter uma idéia, durante esse século foi Areia quem comandou toda a cultura e política da Paraíba. Tinha até um ditado que dizia o seguinte: “Na Paraíba nada é de barro, tudo é de Areia”, dado à importância que o município possuía na época. Essa importância cultural e econômica nasceu desde o século XVIII, e com o passar do tempo foi sendo ampliada sua vocação para a arte. Atualmente, ela é uma das cidades mais importantes da Paraíba sobre vários aspectos, principalmente o cultural. (J. C. A., secretária de cultura do município areense, em setembro de 2012)

De forma mais específica, a gestora de cultura afirma serem os engenhos “*a alma de Areia*”, pois influenciaram em toda a produção artístico-cultural do município. Segundo ela, a herança arquitetônica (literária, pictográfica...) é a referência do município, inegavelmente atrelada aos engenhos, pois neles que se estruturou todo esse legado material e imaterial que dá os contornos locais e seu reconhecimento enquanto patrimônio histórico e artístico nacional.

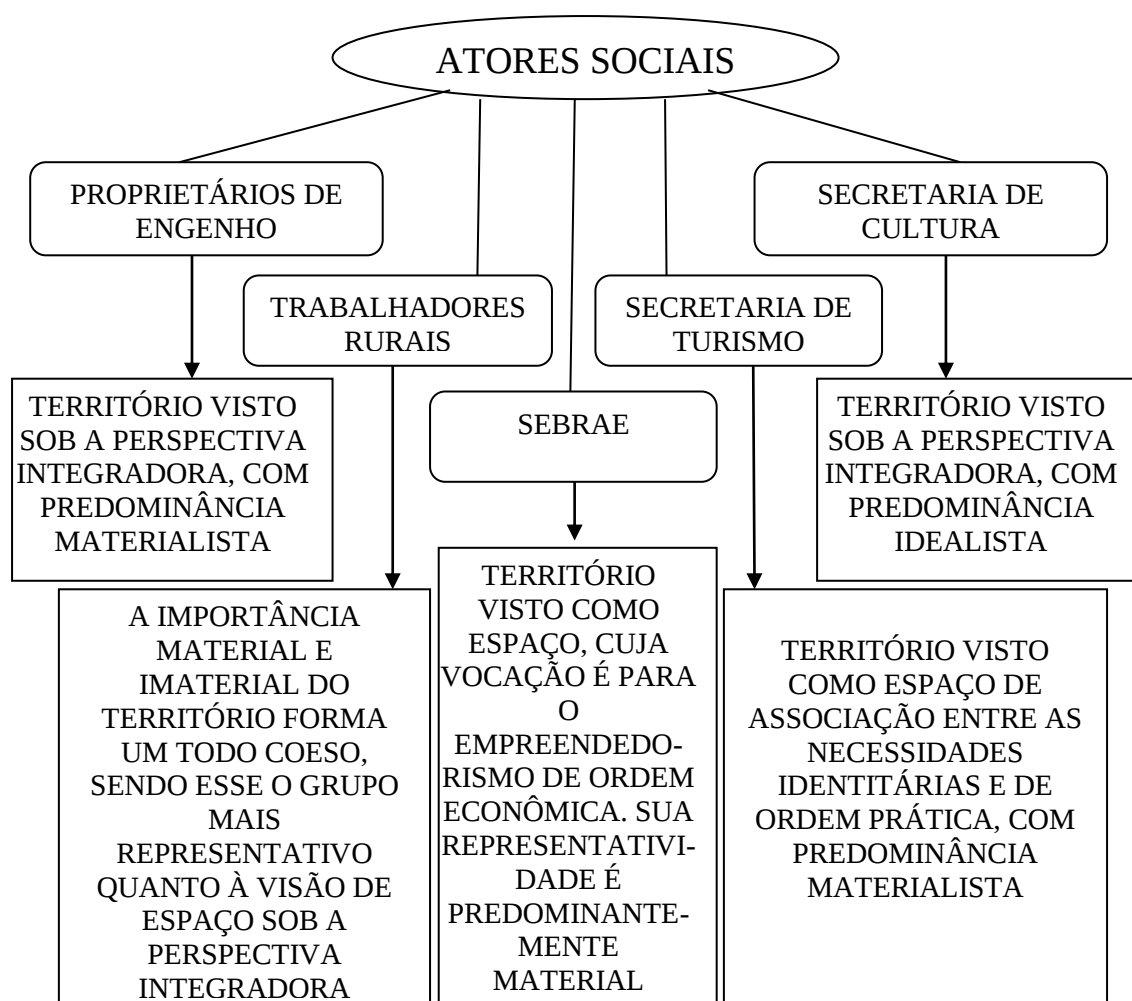
Para a gestora de cultura do município, portanto, a perspectiva idealista (que dá visibilidade aos elementos imateriais) é predominante. Entretanto, de acordo com suas colocações, essa pretensa valorização do cultural enquanto símbolo de identificação local não implica afirmar que haja descaso para com as questões práticas, de cunho utilitário da cultura

³³ Dados obtidos mediante entrevista, no dia 27 de setembro de 2012.

em relação ao desenvolvimento de atividades vinculadas às necessidades dos grupos sociais. Segundo a gestora de turismo, há um engajamento entre as secretarias de turismo e de cultura, num trabalho conjunto que busca unir o aparato artístico às práticas de crescimento econômico e social cotidianas. Os gestores das duas secretarias afirmam que as iniciativas turísticas que englobam o rural e o cultural são muito promissoras para o município, embora o momento ainda não seja de grandes realizações.

Diante do exposto, evidenciam-se as representações que os atores sociais que se debruçam sobre o território areiense formulam, de acordo com suas concepções sobre o espaço rural e, mais precisamente, os engenhos. Seguindo a diferenciação proposta por Haesbaert sobre o território, e tendo em vista a formação da identidade territorial, os grupos analisados podem ser divididos da seguinte maneira:

Figura 3: Representações territoriais de alguns dos atores sociais.



Fonte: baseado em HAESBAERT, 2010

Outros importantes agentes de promoção do local que lançam sobre o espaço suas formulações simbólicas dizem respeito à população, de forma geral, e aos turistas que tomam como destino o município de Areia. As apreciações desses dois grupos sobre a importância do município é feita mediante amostragem³⁴.

Com relação à percepção que o território areiense suscita na população, é ressaltada sua importância econômica em tempos anteriores quando um dos professores entrevistados afirma que:

A cana-de-açúcar, por exemplo, nunca deixou de existir. Foi a única cultura que sobreviveu a todos os círculos agrícolas. Eu acho que a produção da cana-de-açúcar é uma atividade relevante para o desenvolvimento da cidade, principalmente agora com o retorno do Festival da Cachaça e da Rapadura. (B. C., professora da rede pública, em setembro de 2012)

Esse entendimento sobre o território areiense demonstra que parte da população aceita que o desenvolvimento econômico de outrora seja emblemático da história que circunda o espaço, tornando seu o discurso oficial que destaca o município por suas contribuições econômicas. Esse consenso é lembrado por BOURDIEU quando afirma serem os símbolos elementos de integração social no momento em que seu sentido é aceito, reproduzindo uma ordem social dominante. O autor destaca que *“esse poder invisível (...) só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”* (BOUDIEU, 2011, p. 7-8).

Embora esse seja o cerne principal destacado no discurso de três outros membros entrevistados, não é uniforme, pois sofre intervenções contrárias. Outro professor demonstra uma relação afetiva para com o espaço, mas destaca que o local não oferece subsídios para a permanência de seus habitantes pela falta de empregos e melhores condições de vida.

Areia é o meu lugar. Nasci, cresci e nunca me afastei daqui. Tenho quarenta anos e me reconheço aqui. Mas não dá pra fingir que tudo está dentro de uma lógica satisfatória para a população. Por exemplo, aqui há crescimento, mas de forma desordenada, e quem se beneficia desse crescimento são sempre os mesmos grupos, vivenciando outro contexto, mas sempre os mesmos grupos. São os donos de terras que têm condições de investir, por exemplo, em hospedagem, em restaurantes, em estabelecimentos comerciais. Os donos de engenhos se destacaram antigamente e hoje querem continuar

³⁴ A amostragem possibilita o trabalho com um número de representantes extraído dos atores sociais que se pretende analisar. No estudo em questão, a amostragem da população areiense envolve o número de dez agentes sociais que habitam o município e exercem diferentes funções, a saber: quatro professores, dois artesãos, dois garçons e dois comerciantes. Entre os turistas, a amostragem é constituída por pessoas que se hospedaram e pousadas locais entre meados de 2012 e início de 2013, num total de 20 entrevistados.

atuantes. Há uma nova conformação no município, mas em se tratando da questão social, pouco se evoluiu, se transformou. Às pessoas sem posses, sem poder aquisitivo, são destinadas atividades laborais pesadas, sem boa remuneração... Fica, ainda assim um sentimento de carinho por esse lugar tão bonito. (L. G. S., professora da rede particular de ensino, em setembro de 2012)

Essa não é uma apreciação isolada. Os dois membros da população que exercem funções diretamente relacionadas às novas configurações do espaço areiense levantam questões sobre as desigualdades que se evidenciam no município, incluindo as relações estabelecidas nos engenhos.

Entenda, quem não percebe que quem manda é quem tem dinheiro? Eu trabalho como garçom, e tenho que agradecer por ter como permanecer nessa cidade porque, apesar de tudo, eu não queria ter que sair daqui. Mas a gente trabalha muito. Aliás, todo trabalhador, em qualquer lugar, tem que suar muito a camisa pra receber por seu serviço. Converse com os trabalhadores dos engenhos, dos supermercados. Mas Areia é um lugar bom de se viver. É uma região bonita e cheia de tradição. Meus pais moraram por muito tempo num engenho, eu passei boa parte da minha infância por lá, e aprendi a gostar dessas redondezas. Quando vou por lá lembro de muita coisa boa... no engenho eu vivi o melhor período da minha vida. Sei que meus pais tinham que trabalhar muito (e eu também tinha que ajudar), mas eu brincava... foi um tempo bom. (S. R., garçom, em setembro de 2012)

O sentimento de pertencimento apresentado no discurso vem acompanhado de uma análise crítica sobre as condições sociais a que são submetidos os trabalhadores em Areia. O entendimento da população sobre seu espaço de vida não denota, homogeneamente, uma “*realidade muda*” (FOUCAULT, 1972). A centralidade do modelo ideológico dominante que mascara a realidade é posta em cheque enquanto verdade única que deve ser aceita e propagada. Os atores sociais opinam sobre seu espaço, criando simbologias diferentes, percepções controversas que enriquecem as abordagens sobre o local.

Com relação aos turistas, suas formulações sobre o espaço areiense se dão mediante propagandas vinculadas à prefeitura municipal, ao SEBRAE, à AMAR, unidas às iniciativas particulares de divulgação de seus estabelecimentos e atrativos locais variados. Dos vinte turistas entrevistados, 80% disseram terem seu destino motivado pelas propagandas divulgadas que apresentam o município como propício para o descanso, para o contato com a natureza, onde é possível a apreensão de aspectos culturais que remontam o período imperial e o apogeu da sociedade do açúcar. Os 20% restantes são turistas que já tinham visitado o município em momento anterior e se sentiram motivados a voltar.

Tanto os turistas que estiveram na região pela primeira vez quanto os que a visitavam num segundo e até terceiro momento, teceram críticas com relação à fragilidade dos serviços prestados. Segundo um desses turistas,

O lugar é lindo. Esse friozinho da noite é muito agradável, algo diferente do que estamos acostumados no litoral. A cidade é simpática e calma. Os engenhos são fascinantes. Fui ao Bujari e ao Triunfo e achei maravilhosos. Agora, eu acho que muita coisa deve melhorar. Uma coisa é a propaganda e outra é a realidade. É inconcebível que nos dias de domingo não se tenha opções para almoço. E já na vinda para cá se percebe a precariedade das estradas. Até mesmo para os engenhos, acho que as estradas deveriam ser melhoradas. O acesso é horrível e isso quebra o encanto pela região. Inclusive, as propagandas vendem uma imagem que não condiz com a realidade. Não me refiro aos atrativos naturais, realmente o município é agradabilíssimo. Mas tem que vir associado a esse aspecto uma melhor prestação de serviços. (R. R., turista campinense, em setembro de 2012)

No que se refere aos engenhos areienses, de forma mais específica, 70% dos turistas dizem ser um dos principais atrativos do município, um dos motivos para a escolha de seus roteiros. Esse grupo diz se encantar com a riqueza histórica que essas localidades apresentam.

O contato com os elementos rústicos me fascina! Visualizar os aspectos de uma casa grande, ou o maquinário dos engenhos, conhecer a história que circunda a região. Ah! Isso é fascinante. Mas eu não entendo porque um lugar com tanto potencial para se desenvolver na área do turismo não investe mais. Por exemplo, se você resolve visitar a feira de artesanato, à noite, ela está fechada. Os bares fecham cedo e você fica sem opção de lazer. (R. R., turista campinense, em setembro de 2012)

Portanto, para os turistas, o município areiense representa um espaço rico, de significância cultural considerável, mas com consideráveis limitações para quem tem pretensão de tornar o turismo uma de suas principais atividades. Essa fragilidade é sentida tanto na sede do município, como também em seu entorno. Assim, Areia fragiliza-se em suas pretensões de avanços no que se refere ao turismo quando *“a precariedade da infraestrutura é fator limitante para sua inserção nos circuitos comerciais e de serviços, como os ligados ao turismo ambiental e outros”* (SCHNEIDER, 2006, p. 10)

O espaço, portanto, desperta diferentes percepções, de acordo com a simbologia que traz em si, levando em consideração as necessidades de afirmação de cada grupo social que o analisa (CORRÊA, 2012). Embora haja o florescimento de representações diversificadas, o espaço também é capaz de unir os atores sociais quando interpretada a realidade cotidiana. Dessa forma, a multiplicidade de olhares que se voltam para os engenhos areienses é o

resultado de uma atividade mental daqueles que buscam assegurar para si uma identidade, uma significância que os retire da inércia e mostre sua importância enquanto agente de promoção do local.

Assim, mediante as formulações que o espaço suscita em seus diferentes atores sociais, surgem as mais variadas práticas sociais e dinâmicas territoriais, por ora dando ênfase ao econômico, por ora destacando os aspectos culturais, ou políticos, ou sociais, dependendo da necessidade vigente e das expectativas a serem alcançadas³⁵. O território onde se desenvolvem as dinâmicas territoriais passa a ser visualizado como espaço de ação, no qual os grupos sociais apresentam seus objetivos de uso e forjam seus movimentos de construção, intercalando subjetividade e prática. Os diversos atores são chamados a se posicionar e atuar frente às roupagens que revestem o espaço, gerando relações de mediação, ou de justaposição, ou de contradição que tanto podem unir como separá-los ideologicamente, tornando complexa e fascinante a realidade que nele se constrói.

³⁵ SANTOS (1998) sugere que a produção do território ocorre a partir das relações sociais que a ele determinam diferentes funções e usos.

CAPÍTULO 2

2 Desenvolvimento local: dinâmicas territoriais de significância espacial

Unindo interesses e despertando sentimentalidades que integram os indivíduos aos espaços de vivência, o território alcança significativa expressividade sociocultural e política por estar permeado de complexidades quando em se tratando de relações grupais e representativas. E, numa similar densidade analítica, se apresenta o processo de desenvolvimento local e a importância da ruralidade dentro dessa abordagem.

Ao se fazer referência às dinâmicas territoriais, é indispensável que se recorra às questões concernentes ao conceito de desenvolvimento, uma vez que sua forma de entendimento tem influenciado iniciativas econômicas, dotado de significâncias diferenciadas as questões culturais, e influenciado no desenrolar de processos políticos.

O turismo é uma das atividades de grande significância quando os atores sociais buscam dotar os espaços de funcionalidades, consolidando-se como uma alternativa para o desenvolvimento local, visto como um processo que vai além do crescimento econômico. Essa abordagem sobre as dinâmicas territoriais torna-se pertinente às reflexões sugeridas nesse capítulo, posto que o município areiense possui uma expressividade não apenas identitária, como também econômica, uma vez que sua estrutura física é representativa das interações sociais e das práticas cotidianas.

Nesse capítulo são levantadas as principais formas de utilização do espaço areiense do século XIX ao século XXI, e de que forma as relações de poder e de não aceitação a esse poder estiveram presentes nos aspectos sociais e econômicos. Buscando a integração entre o campo e a cidade, o enfoque recai sobre as dinâmicas territoriais nas feiras e no comércio citadino, mas também há a análise dessas práticas no campo, mais precisamente nos espaços dos engenhos e da Usina Santa Maria.

2.1 Desenvolvimento e dinâmicas territoriais: conceito e perspectivas

Embora não trabalhe com uma noção de desenvolvimento, as críticas apresentadas por SEN (2010) suscitam a necessidade de se analisar o termo associando-o à busca por estratégias que visem a expansão das liberdades e as melhorias na qualidade de vida das pessoas. Essa visão se contrapõe à ideia de desenvolvimento pautado no progresso e no crescimento econômico como questões primordiais, sem muitas aberturas democráticas e

consolidação de direitos civis e políticos. O autor não nega a necessidade de melhoramentos da renda familiar e das condições de produção. Entretanto, esses avanços só têm validade se culminarem em integração social, combate à pobreza, participação política, entre outros pontos que firmem as ações participativas e permitam a democratização dos espaços. SEN (2008), em suas colocações afirma a necessidade de se repensar a questão do desenvolvimento³⁶, possibilitando a utilização do termo com um sentido mais amplo, como uma forma de ampliação das liberdades reais que as pessoas possam vir a ter.

Nesta abordagem, a expansão da liberdade é considerada o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento. Podemos chamá-los, respectivamente, o “papel constitutivo” e o “papel instrumental” da liberdade do desenvolvimento. O papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão. (SEN, 2010, p. 52)

Essas questões vêm ganhando cada vez mais força, embora a definição tradicional que prima pelo modelo liberal, de valorização dos paradigmas e dinâmicas capitalistas ainda ocupe um vasto campo ideológico³⁷. As motivações para uma nova roupagem para o termo desenvolvimento é fruto de uma realidade excludente e opressora que o modelo anterior propiciou a boa parte da população mundial (RIVERO, 2002). Ou seja, a inoperância (ou a falta de preocupação) do modelo econômico liberal frente aos elevados índices de pobreza e à exclusão vertiginosa fez surgir novos debates sobre a necessidade de se apresentar uma nova proposta de desenvolvimento que levasse em consideração a “*democracia participativa*” e a “*economia solidária*” (ARRUDA, 1996)

As teorias do desenvolvimento como meio de fortalecimento das liberdades defendem as realizações concretas, por experiências marcadamente democráticas, de valorização do multiculturalismo e por movimentos sociais e participativos (ARRUDA, 1996). Grupos e espaços antes marginalizados têm suas particularidades valorizadas e postas em evidência.

³⁶ De acordo com BEGNIS e ZERBIELLI (2008), o desenvolvimento é associado diretamente aos aspectos econômicos e ao livre mercado, cujos debates fazem surgir três proposições, dentre as quais se encontra a visão tradicionalista que afirma que a ampliação do desenvolvimento para todas as comunidades dar-se-ia por meio da disseminação das forças do mercado. Ou seja, há um modelo de desenvolvimento a ser alcançado por todos os países, independente de seu histórico, cultura, de sua construção política e social. Um avanço contínuo e ascendente rumo às ampliações mercadológicas e econômicas, num processo de superação.

³⁷ A crítica aqui seria com relação às ideias defendidas por John Keynes e seus seguidores, quando defendem que o desenvolvimento só é possível mediante a realização máxima do processo produtivo.

Comungando desses princípios elucidativos, TORRAS (1995) sugere ser o desenvolvimento um caminho que leva à valorização das pessoas, que se beneficiariam do crescimento econômico, tido como um meio de redução das privações e aflições humanas. Para tanto, é necessária a integração de grupos até então excluídos, tanto no planejamento quanto na efetivação das medidas propostas.

O modelo de desenvolvimento vigente até o início do século XX estava vinculado à ideologia do capital, que tinha no aumento da produção e na ampliação das riquezas seu ponto crucial (RIVERO, 2002). Essa forma de entendimento do termo atendia aos interesses dos países industrializados da época (concentrados principalmente na Europa), cuja relação de dominação para com os países “subdesenvolvidos”³⁸ autorizava-os a apresentar modelos a serem seguidos para se alcançar o desenvolvimento, estágios que levariam ao crescimento econômico por meio e em função do capitalismo.

De acordo com ESCOBAR (2000), no início da segunda metade do século XX, os Estados Unidos passam a direcionar as ideias de desenvolvimento, num contexto construído com base no fim da Segunda Guerra Mundial e todas as mudanças que esse acontecimento foi capaz de suscitar. Entretanto, segundo o autor, os programas pautados no aumento produtivo e na geração de riquezas fracassam, dando origem a três fases distintas, mas que apresentam a insustentabilidade de modelos de desenvolvimento que deveriam ser aplicados em todos os países:

Quadro 3: Fases do desenvolvimento

PRIMEIRA FASE	SEGUNDA FASE	TERCEIRA FASE
• De 1950 a 1960. • As Nações Unidas passam a usar como indicador de diferenciação entre “países pobres” e os “países ricos”, o Produto Nacional Bruto (PNB).	• De 1960 a 1970. • Constatada a falência do modelo anterior, toma-se consciência da necessidade de associação entre o crescimento econômico e as melhorias das condições de vida das populações. Surge a ideia de desenvolvimento regional	• A partir de 1980. • A população dos países “subdesenvolvidos” passa a criar estratégias endógenas, buscando o desenvolvimento econômico e social. Surge a ideia de desenvolvimento local.

Fonte: baseado em ESCOBAR, 2000.

Após a constatação de que o crescimento econômico não era garantia para o desenvolvimento social, os próprios habitantes dos países marginalizados passaram a procurar

³⁸ Esse termo foi utilizado por Harry Truman, em 1949, numa referência a países que apresentavam pouco avanço no processo de industrialização, e que ostentavam alto índice de pobreza. De acordo com as ideologias capitalistas, os países só poderiam ser considerados desenvolvidos se possuísem um significativo nível de PNB.

alternativas que viabilizassem avanços no concernente às melhorias de suas condições de vida, explorando elementos locais capazes de facilitar progressões econômicas, sociais e culturais (MILANI 2005).

A ideologia do capitalismo industrial que marca principalmente os anos 50 é analisada e refutada por várias teorias³⁹. Novas propostas surgem a partir da constatação de falência de um modelo de desenvolvimento que não leva em consideração as necessidades básicas de grande parte da população, que não prima pela melhor distribuição de renda e pela diversificação produtiva. SEN (1993) apresenta a necessidade de se levar todos esses pontos em consideração quando se fala em expansão das capacidades.

A avaliação da realização e da melhoria dos membros da sociedade é parte essencial da análise do desenvolvimento (...). O foco na realização humana e na liberdade, bem como na necessidade de uma avaliação reflexiva – e não mecânica –, constitui uma adaptação de uma velha tradição que pode ser utilizada utilmente na formação de uma base conceitual para a análise das tarefas do desenvolvimento no mundo contemporâneo. (...). O foco em distintas capacidades implica, por sua própria natureza, um enfoque pluralista. De fato, ele aponta para a necessidade de conceber o desenvolvimento como uma combinação de distintos processos, ao invés de concebê-lo como a expansão de uma magnitude aparentemente homogênea, tal como a renda real ou a utilidade. As coisas que as pessoas consideram valioso fazer ou ser podem ser muito diversas, e as capacidades valiosas variam desde a liberdade elementar, tais como livrar-se da fome e da desnutrição, até capacidades complexas, tais como a obtenção do auto-respeito e a participação social. O desafio do desenvolvimento humano requer atenção a uma variedade de questões setoriais e a uma combinação de processos sociais e econômicos. (SEN, 1993, p. 334)

O autor enfoca como noção básica a necessidade das pessoas viverem com liberdade, escolhendo seus modos de ser e fazer, quebrando o princípio da homogeneidade presente na ideologia capitalista, que apresenta o desenvolvimento como um processo sequencial, cuja supressão de uma etapa sobre outra leva ao ápice, que seria o crescimento econômico, num último estágio. Suas críticas denunciam o pensamento econômico reducionista, que se apegua a aspectos produtivos sob a perspectiva capitalista do lucro. E vai além: afirma a necessidade de se conjugar participação, felicidade e igualdade para que, de fato, o desenvolvimento ocorra. Para o autor, é por meio da liberdade que surge a pluralidade de objetivos e “*a capacidade de uma pessoa para fazer coisas que ela tem razão para valorizar*”. (SEN, 2010, p. 265)

³⁹ Dentre os que criticam o modelo de desenvolvimento econômico de 1950 estão os que pertencem à Teoria da Dependência, que tem suas bases ideológicas fundamentadas no pensamento de Karl Marx. De acordo com essa teoria, o subdesenvolvimento e o desenvolvimento não podem ser pensados como etapas de um processo evolutivo, e sim como realidades distintas e contrapostas.

Portanto, usar indicadores de renda como representativos de territórios desenvolvidos é insuficiente. Os dados quantitativos que esses critérios de análise oferecem devem ser complementados com outros indicadores, como a distribuição de renda e a expectativa de vida.

Assim, o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a, ou seja, o desenvolvimento passa a ser tratado a partir de critérios, como a eficiência produtiva, a satisfação das necessidades humanas e o atendimento dos objetivos da sociedade, o que implica uma boa administração dos escassos recursos. O desenvolvimento passa a ser qualitativo, buscando, paralelamente, ao aumento da produção, uma melhor distribuição de renda e maior qualidade de vida. Ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Esta complexidade traduz as diversidades sociais e econômicas. (BASSAN e SIEDENBERG, 2008, p. 145)

A relação entre desenvolvimento e estrutura econômica, portanto, é constante. Entretanto, isso não significa que seja estanque. Questões sociais vêm sendo cada vez mais postas em evidência, assim também como as diferenças e necessidades dos distintos lugares. É dessa realidade que são fomentadas as dinâmicas territoriais, dotando cada local de um tipo específico de desenvolvimento, de acordo com suas peculiaridades.

A ideia de desenvolvimento territorialmente localizado surge como alternativa para a redução das desigualdades mediante estratégias e ações socioeconômicas dentro de um *espaço herdado* (COELHO, 1996), que a partir das representações é transformado, reconstruído, possibilitando o incremento de dinâmicas territoriais de acordo com as suas potencialidades. O desenvolvimento local entra em evidência num contexto em que o progresso material passa a coexistir com iniciativas comunitárias que buscam sanar problemas básicos em micro escala.

De acordo com MILANI (2005), falar em desenvolvimento local é trazer para o debate a necessidade da transformação da consciência da realidade local. Seu entendimento e caracterização devem primar pela ampliação da participação democrática no processo de reconstrução do espaço, levando em consideração os anseios dos diversos grupos sociais que vivem no espaço e que a ele atribuem significâncias e nele depositam suas expectativas. É entender que sua articulação prescinde da participação de diversos atores sociais, sejam estes a sociedade civil, órgãos públicos e privados, e os diferentes governos (municipal, estadual e federal).

As dinâmicas territoriais que buscam dotar o local de visibilidade num período e num espaço marcadamente globais são entendidas por alguns críticos como uma reação às

manobras capitalistas de condução das economias mundiais⁴⁰. Entretanto, para outros, esse discurso é propagado pelo próprio sistema capitalista, sendo uma nova forma de se fazer presente após a falência do modelo de desenvolvimento global e homogêneo, dividido em etapas⁴¹.

O fato é que não há uma separação entre a esfera global e a local, uma vez que a realidade atual une esses espaços. Mas se evidencia cada vez mais a preocupação das localidades em encontrar alternativas que lhes permitam associar elementos culturais e sociais, às melhorias das condições econômicas e de vida a partir dos mecanismos de participação dos diversos grupos que as formam. Segundo HARVEY (2006), toda essa importância atribuída às ações produtivas locais foi uma estratégia para o combate às crises geradas pelo sistema capitalista decadente.

Para BOISIER (1996), o desenvolvimento local pode ser definido como *“um processo localizado de mudança social sustentável, que tem como propósito último o progresso permanente de uma comunidade, e de seus respectivos membros, que vivem num determinado espaço regional”*. São os aspectos locais que dão significância ao território específico, sem que este se apresente desvinculado do processo global. Nessa concepção de desenvolvimento partindo da potencialização das particularidades dos lugares, há uma nova configuração das ações dos atores sociais. Se nos modelos tradicionais o Estado nação era o principal agente promotor do desenvolvimento, com as atenções voltadas para a localidade a comunidade passa a ter maior importância quando é chamada a atuar, a participar da construção das atividades econômicas a partir das representações que constrói sobre o espaço e das expectativas que nutre com relação a ele.

Dentro desse entendimento, o território enquanto espaço de dinâmicas que potencializam as localidades, é visto como um reflexo das iniciativas que tendem a incluir o particular dentro do processo global. O desencadeamento dessa iniciativa é possível a partir da geração de alternativas que venham a fazer uso do patrimônio sociocultural e material, explorando-o enquanto elemento característico desses locais. Ou seja, o resgate das dimensões

⁴⁰ Para ULTRAMARI e DUARTE (2009), “o desenvolvimento local é uma forma de desenvolvimento preocupada com o homem e suas necessidades sociais, antes que com o mercado e suas necessidades de lucro. Há, pois, na ideia de desenvolvimento local, o compromisso moral de focar seus interesses no homem. Ao mesmo tempo em que o nível do local garante a flexibilidade de regras para o mercado melhor atuar, também influencia a formação de novas molduras socioeconômicas, buscando sustentabilidades diversas e construindo uma cidadania participativa”.

⁴¹ BECKER (2008) afirma que o capitalismo se utiliza do discurso que promove o desenvolvimento local, posto que essa é a nova roupagem que o sistema se utiliza para continuar em cena, ditando as regras do jogo. Para esse autor, o desenvolvimento local é a mais recente tendência por possibilitar *“o surgimento de novas e diversas utopias”* (BECKER, 2008, p. 03)

material e identitária favorecem a construção de “*valores das coletividades, os valores simbólicos que constituem a cultura*” (FURTADO, 2000, p. 70).

No desenvolvimento local, quando são levados em consideração os princípios norteadores de um processo democratizante e participativo, os grupos sociais passam a fazer parte da engrenagem que movimenta o conjunto de atividades culturais, sociais e econômicas, sendo integrantes conscientes do “*projeto de transformação local*” (BARQUERO, 2002). Nesse processo de construção, busca-se a integração entre os setores público e privado, tanto de atuação local quanto global, o que evidencia a heterogeneidade dos atores sociais e suscita outros aspectos que envolvem a questão do desenvolvimento, que são: as relações de poder, os conflitos de interesses e a iminente competição. Mas, num movimento integrado, também são construídas atitudes de cooperação e reciprocidade (ABRAMOVAY, 2000).

Esse conjunto de ações, também conhecido como dinâmicas territoriais, possibilita às localidades encontrar alternativas capazes de dotar de relevância as dimensões que as formam. As dinâmicas territoriais podem ser entendidas, portanto, como formas sistematizadas de ações estratégicas coletivas que objetivam dinamizar os sistemas produtivos e melhorar o gerenciamento dos recursos de determinadas localidades ou regiões (VERDI, 2008⁴²). Elas acompanham as trajetórias históricas, mudando suas estratégias funcionais, de acordo com as características do desenvolvimento empregado.

Entretanto, o desenvolvimento local não pode ser visto como sinônimo de expansão das capacidades alicerçadas na liberdade de escolha, de participação efetiva nas decisões políticas, ou de ampliação das escolhas individuais. Embora o desenvolvimento local possa vir a possibilitar o avanço nos setores sociais, políticos, econômicos, culturais e democráticos, nem sempre isso ocorre.

O desenvolvimento local proporcional à escala humana deve ser entendido como a satisfação das necessidades humanas fundamentais através do protagonismo real e verdadeiro de cada pessoa. Entende-se que criar as condições para que a comunidade efetivamente exerça este protagonismo se afigura como o maior desafio para que o desenvolvimento local aconteça, considerando que (...) estamos diante de realidades locais nas quais persistem algumas ausências importantes: da cidadania, da identificação sociocultural e territorial, e do sentido de vizinhança. (MARTINS, p. 10, 2002)

⁴² Para a autora, existem três tipos de trajetórias dos espaços locais no que se refere à promoção das dinâmicas e do desenvolvimento, a saber: 1. a aglomeração (pela qual o local se desenvolve pela acumulação quantitativa de atividades), 2. a especialização (o desenvolvimento está vinculado a uma determinada atividade industrial ou a um produto específico), 3. A especificação (que seria a possibilidade de criar um bem que não sofresse concorrência e que seguisse um só processo de produção).

Assim, para que haja um efetivo desenvolvimento local, de caráter participativo e democrático, é necessário que a tomada de consciência, a formação do senso crítico e o sentimento de pertencimento da população para com o espaço sejam despertados, estimulados e ampliados. Sem o fortalecimento dessa base (vista como indispensável para um verdadeiro desenvolvimento local), as ações de promoção ao local perdem consistência, haja vista que a cooperação torna-se inexistente, e os conflitos de interesses se intensificam.

Diante das abordagens realizadas sobre desenvolvimento, a significância dos espaços e a importância das dinâmicas territoriais para as localidades, a análise recai sobre as experiências de desenvolvimento local no município de Areia, cuja alternância de estratégias produtivas tem marcado sua história, tanto no que se refere às práticas econômicas tradicionais (confeção de produtos advindos da cana de açúcar), quanto às mais recentes alternativas de promoção das localidades, como o fomento de atividades turísticas. Agrega-se a esse aspecto os movimentos sociais suscitados e as formas de não aceitação às relações de poder que cada conjuntura temporal apresenta.

2.2 Histórico das dinâmicas territoriais e das relações de poder no município areense

Areia, no curso de sua história, vivenciou diversas situações que possibilitaram à localidade uma construção econômica e cultural emblemática no brejo paraibano. Tendo condições climáticas e solo propício para o plantio de determinadas culturas, sua vocação produtiva inicia-se no campo, com maior expressividade a partir do século XVIII com a cana-de-açúcar, e consecutivamente com o café, o algodão, o agave, voltando a ter significância a produção da cana-de-açúcar, do início do século XX aos dias atuais.

Sua estrutura econômica influenciou de forma decisiva a construção de uma cultura local dotada de simbolismos e de representações. A produção da cachaça e da rapadura trazia consigo bem mais do que a confeção de produtos expostos para a venda. Os trabalhos realizados nos engenhos eram acompanhados, segundo um dos moradores mais antigos do engenho Bujari⁴³ (presente na localidade desde 1940), por cantos que embalavam o caldo quente, e histórias que deixavam os dias frios mais divertidos e envolventes. Momentos de socialização, de trocas que faziam desses encontros algo prazeroso e criativo.

A noite passava que a gente nem sentia. Era uma alegria! Eu era criança, mas me “alembro” bem: minha mãe fazia café e a gente tomava com beiju

⁴³ Entrevista concedida em maio de 2013.

bem quentinho... Ninguém sentia nem peso de trabalho. Era a cantoria, um “conversero” alto, tudo, tudo.

Nesses espaços de vida eram construídos modos de produção e formas de ser que hoje dotam a localidade de tradições que demonstram a engenhosidade daqueles que fizeram dos engenhos mais que unidades produtivas, mesclando necessidades econômicas e construções cotidianas que permitiam uma maior identificação com local.

A produção dos engenhos areienses do final do século XIX e início do século XX se destinava tanto ao mercado interno e à comercialização com regiões circunvizinhas (como João Pessoa, Alagoa Grande, Arara, Remígio e Esperança), quanto com Pernambuco.

Por muito tempo [Areia] foi o maior centro comercial do interior, fechando à capital as portas do sertão. E como suas relações de negócio eram mantidas de preferência com as praças de Pernambuco, resolveu o governo abrir uma estrada da capital até Areia, com o objetivo de conquistar aquele mercado. (ALMEIDA, 1980, p. 36)

Essa relação do homem com a terra foi responsável, no século XIX, pela diferenciação entre os senhores de engenho e os trabalhadores que se estabeleceram nessas unidades, e que eram responsáveis pelo plantio da cana-de-açúcar e pela produção de elementos advindos dessa cultura agrícola (ANDRADE, 1994). Ao lado das atividades produtoras voltadas para as necessidades dos donos da terra, os grupos familiares que habitavam essas localidades desenvolviam também a cultura de subsistência (MELO, 2008). O excedente conseguido nos roçados era levado à feira local para ser vendido, o que gerava recursos para que os trabalhadores dos engenhos conseguissem a complementação alimentícia necessária para si e seus familiares.

Entretanto, essa agricultura de subsistência era realizada em terras que não pertenciam ao trabalhador. Seu vínculo com o lugar de produção era limitado pela concentração de terras no município areiense, fato que atesta a desigualdade, a hierarquização social e o subjugamento econômico ao qual eram submetidos os grupos de moradores dos engenhos que, por não possuírem recursos próprios para sua independência econômica e consequente ascensão social, viam-se obrigados a uma relativa subserviência com relação aos proprietários.

O contexto vivenciado pelos trabalhadores dos engenhos do século XIX ao início do século XX restringia suas formas de resistência, haja vista que o uso da violência era comum para dificultar os enfrentamentos contra os proprietários de terras. Entretanto, como afirma SCOTT (2002), havia a restrição das contestações, não sua ausência. Segundo MELO (2008), uma das formas de autoafirmação dos trabalhadores nos engenhos areienses era a saída da

terra por conta própria, indo para outras regiões brejeiras, ou até mesmo para o alto sertão paraibano. Embora esse tipo de ação tenha sido praticada em número restrito⁴⁴, ainda assim pode ser vista como forma de oposição à dominação imposta pelos senhores de engenho, uma vez que foge ao quadro de passividade com relação ao poder estabelecido.

Outra forma de não aceitação à dominação imposta nos engenhos areienses era mostrar indisposição ou ausência de saúde para a lida do dia. Uma das ex-moradoras do Engenho Mineiro (nascida nesse engenho, em 1933), afirma que:

Vez por outra acontecia de alguém não aparecer no eito pra trabalhar. Um dia mesmo, meu pai mandou dizer pra o patrão que não ia plantar cana pra não levar sol porque estava com o dente doendo. Que nada! Depois que meu irmão mais novo saiu pra dar o recado, ele ‘ponhou’ o chapéu e foi limpar uns ‘lerão’ de feijão que tinha ‘botado’ perto de casa.⁴⁵

As formas de resistência nos engenhos areienses são sentidos também nas últimas décadas. Uma das moradoras mais antigas do Engenho Bujari afirma que, há aproximadamente 15 anos atrás, por discordância do dono do referido engenho com outra moradora quanto à criação de gado, houve um dos mais significativos enfrentamentos entre o dono da terra e um trabalhador, até onde ela tem conhecimento.

A minha amiga e o marido queriam criar uns gados amarrados, mas ele [o proprietário do engenho] não aceitava que fosse dessa forma porque o gado se soltava e espezinhava a cana. Ele até dizia que podiam colocar o gado junto com os dele, mas minha amiga dizia que não dava certo porque o gado dela ia terminar passando fome porque não ia ter como cuidar direito. Como num teve acordo e ela ficou desgostosa, procurou os direitos na justiça e recebeu um dinheiro que deu pra comprar um sitiozinho em outro lugar. Essa coragem ninguém mais teve. Mas nós ‘tamo’ esperando o filho do dono chegar pra receber o pedacinho de terra que cada um ocupou aqui no engenho... ele disse que vai dar... e a gente tá esperando.

Diante dos fatos relatados, percebe-se certo enfrentamento e certa resistência às legitimidades simbolicamente construídas (uns mandam por deterem o poder, outros obedecem porque são subjugados). As ações desprendidas pelos moradores e trabalhadores dos engenhos desmistificam a aceitação incondicional à ordem social vigente que categoriza e

⁴⁴ Um desses episódios (da década de 1920) é narrado por um dos moradores do Engenho Bujari, em entrevista concedida no dia 12 de fevereiro de 2013. Segundo ele, seu pai relatava que ainda jovem um de seus bisavós se recusara a realizar determinadas atividades no referido engenho, e temendo a reação do proprietário (mas também não querendo se curvar à vontade do patrão), abandona a propriedade no meio da noite, indo se alojar em casa de parente em região próxima à propriedade.

⁴⁵ Entrevista concedida no dia 05 de maio de 2013.

divide os atores sociais. As relações estabelecidas criam os princípios de luta, sendo esses princípios os que geram a dinamicidade da realidade social (BOUDIEU, 1996).

A estabilidade das estruturas recebe considerável impacto diante das práticas de atores sociais que negam as relações de coerção, de subserviência. Mesmo de forma modesta, com algumas iniciativas localizadas, os grupos de trabalhadores são capazes de construir uma realidade social diferente, burlando os modelos existentes, mesmo que de forma sutil. Entretanto, no século XIX e início do século XX, houve o predomínio da legitimidade do poder dos senhores de engenho em Areia, arraigado graças a uma continuidade histórica de beneficiamento a esses atores sociais.

O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino. (ANTONIL, 1982, p. 75)

O prestígio e o poder dos donos de engenho, associados à sua importância econômica, o transformaram em personagens que deveriam ser respeitados. Em contrapartida, o trabalhador, homem simples e “sem significâncias políticas e econômicas”, se resignava aos “favores” dos seus senhores.

O outro caminho trilhado pelo homem pobre teve seu ponto de partida no caráter prescindível desse sujeito na estrutura socioeconômica. Essa existência dispensável levou-o, em última instância, a conceber sua própria situação como imutável e fechada, na medida em que as suas necessidades mais elementares dependeram sempre das dádivas de seus superiores. Assim, em sua vida de favor, a dominação foi experimentada como uma graça e ele próprio reafirmou, ininterruptamente, a cadeia de lealdades que o prendia aos mais poderosos. Desprovida de marcas exteriores, sua sujeição foi suportada como benefício recebido com gratidão e como autoridade voluntariamente aceita, fechando-se a possibilidade de ele sequer perceber o contexto de domínio a que esteve circunscrito. (Franco, 1983, p. 104)

Entretanto, à medida que as transformações econômicas vão ocorrendo, a realidade se descortina e os descontentamentos motivam ações contra o poder privado dos donos das terras. A legitimidade de mando e a condição de subserviência passam, gradativamente, por um momento de questionamentos que, mesmo de forma localizada, individualizada, começam a transformar os vínculos de dependência pessoal do trabalhador para com o senhor da terra.

Voltando à questão econômica, com o avanço no campo, foi possível investimentos na zona urbana do município de Areia. O centro da cidade, que ostenta casarões imperiais ricos

em detalhes da cultura arquitetônica do século XIX, é um dos indicadores da prosperidade econômica vivenciada na região pelos senhores de engenho, posto que a eles que se atribui as iniciativas de construção dos mais destacados prédios da localidade. Essa prosperidade econômica, entretanto, não era acompanhada de melhorias nas condições de vida dos trabalhadores. Embora fazendo uso das terras para o fomento da agricultura de subsistência, para a criação de animais e tendo árvores frutíferas das quais pudessem tirar a complementação alimentícia, os recursos conseguidos com a cana de açúcar eram um patrimônio particular daqueles que tinham o poder de mando, os proprietários das terras (LACERDA, 1996).

Com os investimentos feitos na cidade, Areia passou a ter expressividade, na segunda metade do século XIX, nas atividades voltadas para o comércio. Era nessa localidade que se via prosperar as relações de venda e compra de diversos produtos da região. Graças a essa atividade, as feiras locais passaram a ser consideráveis, e o centro da cidade passou a ser um dos principais pontos de socialização.

A feira de Areia, nascida com a criação do município, gozou da reputação de ser a maior da Paraíba, até o fim do século. (...) De longe, ouvia-se o zunzum do aglomerado humano que enchia os quadros da cidade, atravancada de animais de carga. (ALMEIDA, 1980, p. 167)

Segundo ALMEIDA (1980, p.168), o comércio em Areia era desempenhado por *“homens honrados, de mentalidade esclarecida (...) e com gosto pela educação dos filhos”*. Em outras palavras, o destaque da atividade era dado às pessoas de posses, estrangeiros (como o português Jorge Tôrres) que encontravam nessa cidade o espaço necessário para crescer economicamente.

É válido salientar que esse destaque e enaltecimento a determinados personagens que fizeram parte da história areiense por Horácio de Almeida se deve ao seu sentimento de pertencimento dentro da sociedade, às suas origens. O pai do referido autor era comerciante que, após passar por momentos difíceis, decide se aventurar no campo, adquirindo o Engenho da Várzea (NASCIMENTO, 2010). Portanto, como afirma CERTEAU (2008):

Toda pesquisa historiográfica se articula com o lugar de produção socioeconômico, político e cultural. (...) Ela está pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 2008, p. 66)

Entretanto, é válido lembrar que a efervescência nas feiras e no centro comercial de Areia se devia aos camponeses que “*se deslocavam para vender seus produtos, rever seus amigos, comprar aquilo que fosse necessário e possível para sua sobrevivência e de sua família*” (FIÚZA, 1999, p. 71). Essa ligação entre o campo e a cidade é uma marca das dinâmicas territoriais em Areia presente, inclusive, até os dias atuais. A interação existente entre as duas esferas do município influenciou e influencia as diferentes práticas econômicas. O trabalhador do campo, que no século XIX levava os frutos de seus esforços para serem vendidos nas feiras escondia uma relação de dominação. Ou seja, a ocupação da terra em que plantavam obrigava os trabalhadores a relações de parceria com os proprietários, sendo levados a entregar parte da produção a quem detinha a posse das propriedades. A outra parte era negociada por meio de troca ou venda.

Diante da opressão e do quadro de exploração vivenciado pelos trabalhadores areienses, e das medidas governamentais com os decretos nº 797 e nº 798, no ano de 1851⁴⁶, eles passaram a fazer parte de um dos movimentos populares de maior expressividade na região, denominado Ronco da Abelha. Essa manifestação popular ocorreu principalmente nas feiras locais (FIÚZA, 1999), sendo os trabalhadores rurais os mais destacados atores.

Décadas depois da eclosão do Ronco da Abelha, é iniciado outro movimento que demonstra a insatisfação popular para com as medidas governamentais, vistas como processos de exploração da camada mais pobre da população. A Revolta de Quebra Quilos, que se estende de 1874 até 1875, é entendido como:

(...) uma extensão do movimento anterior, visto que os problemas antes apontados, de concentração de terras, dos desmandos dos coronéis e do governo imperial, se mantiveram e se agravaram ainda mais com os impostos provinciais e imperiais. (FIÚZA, 1999, p. 73)

Os registros documentais sobre o movimento⁴⁷ atestam que o Quebra Quilos foi uma revolta que se estendeu até Areia, mas que os principais representantes a adentrarem o

⁴⁶ Os decretos nº 797 e nº 798 estabeleciam, respectivamente, a realização do censo geral da população e o registro civil. Nesse sentido, o batistério, documento emitido pela Igreja Católica e que no período em que se desenvolve a revolta o Ronco da Abelha, além de atestar o nascimento de uma pessoa, o caracterizava como livre ou escravo, passa a ser substituído pelos registros dos cartórios. Longe de representar a ignorância do povo, essa revolta ocorre dentro de um contexto de exploração e de exclusão, fomentado no século XIX principalmente pela Lei de Terras que, segundo FIÚZA (1999), limitava o acesso dos pobres à terra, uma vez que só teria direito à posse quem tivesse pago por ela. Além desse aspecto, leva-se em consideração a escassez da mão de obra escrava (a Lei Eusébio de Queiroz extinguiu o tráfico negreiro, em 1850) e o receio do trabalhador livre, espoliado e marginalizado, ser levado à condição de escravo.

⁴⁷ Aqui são levados em consideração os relatos de Horácio de Almeida, em “O Brejo de Areia”, de 1980. O referido autor afirma que o movimento se iniciou em Fagundes (comarca de Campina Grande), em 1874. Foi

comércio local e a queimarem “os papéis da Câmara Municipal, [ocuparem] repartições públicas (...) e [quebrarem] tudo que encontraram de pesos e medidas” (ALMEIDA, 1980, p. 143) eram trabalhadores vindos de outros municípios, como Alagoa Grande e Ingá. Entretanto, o mesmo autor afirma que os “sublevados, homens rústicos, na sua maioria camponeses, (...) escolhendo os dias de feira para os assaltos às localidades, vão conseguindo facilmente a adesão do povo” (p. 137). Portanto, pode-se afirmar que, embora o movimento tenha sido iniciado por pessoas de outras localidades, os trabalhadores areienses participaram do levante que buscava por fim ao sistema de pesos e medidas adotado no Brasil no século XIX.

Já no século XX, as dinâmicas territoriais desenvolvidas em Areia apresentam certa transformação no que se refere ao processo de produção canavieira e sua utilização. Na década de 1930 é implantada a Usina Santa Maria, abrindo espaço para a modernização da indústria da cana-de-açúcar⁴⁸ (ALMEIDA, 1994).

Foto 8: Dependências da Usina Santa Maria – década de 1970.



Fonte: Acervo pessoal de Carlos Trajano

uma revolta que mostrou a insatisfação dos negociantes de poucas posses para com o “imposto de chão” (obrigação de pagar para poder expor a mercadoria no chão das feiras populares), e também do povo contra o sistema de pesos e medidas por acreditarem estarem sendo lesados em suas compras.

⁴⁸ A Usina Santa Maria, que fora instalada em 1930, atingiu elevados níveis de crescimento, em especial devido a disponibilidade de mão de obra, pois com o fechamento dos engenhos de rapaduras, muitos trabalhadores ficaram sem emprego e foram contratados por ela (FIÚZA, 1999, p. 100)

Algumas modificações foram implantadas no município, gradativamente, a partir desse período, como o declínio dos engenhos (que passaram a ter suas terras arrendadas para os proprietários da usina, ou produzir cana-de-açúcar para a mesma) (DANTAS, 2004). Entretanto, a desigualdade social, a exploração dos trabalhadores e a concentração de terras entre os que detinham o poder econômico continuaram sendo exercidos. Inclusive, alguns dos proprietários da Usina Santa Maria, no transcorrer do tempo, estavam diretamente vinculado aos donos-de-engenhos, o que demonstra que a mobilidade social não ocorreu durante o período de sua atividade (GARCIA JR., 1990).

Segundo o mesmo autor, o pagamento dos trabalhadores era feito por semana e de acordo com a produção conseguida individualmente, ao final de cada dia, sendo a exploração na usina mais intensa do que nos engenhos. *“Todos os trabalhadores da parte agrícola, tanto moradores como trabalhadores da rua, eram clandestinos, isto é, não tinham carteira assinada, nem seus direitos trabalhistas eram respeitados”* (GARCIA JR., 1990, p. 220).

Além da incorporação das terras do engenho à Usina Santa Maria, houve a anexação dos sítios dos moradores ou posseiros, que passaram a não mais praticar a agricultura de subsistência, tendo que se tornar um trabalhador, geralmente temporário, da referida usina. Houve também a substituição de outras culturas agrícolas (fumo, agave e algodão) *“em função da grande produtividade da cana-de-açúcar”* (FIÚZA, 1999, p. 109).

O custo social da expansão da agroindústria foi, porém, muito alto. A maioria de seus empregados é sazonal, isto é, limitado a certa época do ano. (...) além de que a concentração de terras reduziu culturas de subsistência e criou focos de tensão social. (MELLO, 1997, p. 33)

Essas tensões sociais, fruto do quadro caótico que envolvia os moradores e trabalhadores do campo, principalmente entre 1960 e 1970 (com a efetivação das atividades da usina), fez com que, dos anos 70 a 80, surgissem formas de organização que viessem a defender seus interesses. (MELLO, 1997), como os sindicatos e a efetiva participação da Igreja Católica como assessora *“organizacional e política”* (FIÚZA, 1999, p. 111) em movimentos de desapropriação de terras.

Essas organizações foram facilitadas também pelo processo de decadência pelo qual a Usina Santa Maria começa a passar, quando tem início sua falência, em 1982⁴⁹ (LACERDA, 1996). Entretanto, a situação da usina prejudicou os trabalhadores e, de forma geral, todo o município de Areia. Embora sendo explorados no exercício de suas atividades e com

⁴⁹ Ver em anexo documentos comprobatórios da falência da Usina Santa Maria.

condições financeiras insatisfatórias, quando há a desarticulação da usina, os trabalhadores ficam sem empregos, posto que o município não era capaz de absorver a demanda por trabalho.

O caminho encontrado como alternativa foi a sua organização para conquistar as terras da usina e não permitir que o Estado as vendesse. Sendo assim, criou-se o Comitê de Solidariedade aos Trabalhadores da Usina, com representações dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Serraria, Pilões e Areia, das irmãs franciscanas do Colégio Santa Rita, da Paróquia de Pilões, do SEDUP (Serviço de Educação Popular – Guarabira – PB), do INCRA – PB, entre outros, que passou a usar, como estratégia de resistência, a produção na terra, a divulgação na imprensa e a pressão junto às autoridades políticas locais (municipal e estadual). (FIÚZA, 1999, p. 114)

Alguns desses trabalhadores passaram a ocupar também áreas urbanas, auxiliando o crescimento desordenado que hoje caracteriza as zonas periféricas de Areia. A área de ocupação é conhecida atualmente como Bairro da Jussara, um dos espaços mais carentes de iniciativas governamentais, embora algumas ações tenham sido efetivadas no local nas últimas décadas (como saneamento básico e calçamento das ruas).

Foto 9. Bairro da Jussara



Fonte: Acervo pessoal – Vanderleia dos Santos, 2013

Outra iniciativa de relevância econômica no município de Areia no século XX foi a implantação da Fábrica de Fiação Arenópolis S/A, cujas atividades iniciais eram voltadas para o descaroçamento do algodão (LIMA, 1972). Boa parte do produto beneficiado, de acordo com o mesmo autor, vinha de plantações locais, o que atesta, mais uma vez, a ligação econômica entre o campo e a cidade.

Foto 10: Fábrica de Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A, na década de 1980



Fonte: CAVALCANTI Filho; MOURA, 2003

Sua formação inicial se deu entre 1920 e 1924, com artesãos que produziam malhas, tapetes e redes. Em 1946, a referida fábrica passa a ser produtora de sacos que, segundo uma de suas antigas funcionárias⁵⁰, eram produzidos principalmente para as necessidades da Usina Santa Maria. Além do mercado interno, a produção da fábrica se destinava ao comércio com o Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, entre outros Estados brasileiros (FÉLIX, 1986).

Foto 11: Armazéns, almoxarifado e casa de força da Fábrica Arenópolis S/A



Fonte: CAVALCANTI Filho; MOURA, 2003

⁵⁰ Entrevista realizada em 12 de abril de 2013.

Embora de relevância para a economia areiense entre as décadas de 1920 a 1980 (quando se iniciou seu processo de falência), a Fábrica Arenópolis S/A deu continuidade ao sistema de exploração da camada popular. Seus funcionários eram divididos em três turnos, sendo que, como os salários eram baixos, muitos eram levados a assumirem dois turnos, abrindo mão do estudo e do lazer (SILVA e SANTOS,). Muitas crianças tinham suas idades alteradas para poder fazer parte do quadro de funcionários da fábrica.

Crianças com 8, 9 e 10 anos eram empregadas recebendo um salário bem mais baixo do que era pago a homens e mulheres. Na tentativa de não chamar muito a atenção, essas crianças tiveram suas idades acrescidas de alguns anos. Tal ação não era de difícil execução, uma vez que muitas famílias, em décadas anteriores, não tinham a preocupação de registrar o nascimento de seus filhos. Muitos obtiveram suas certidões de nascimento anos depois, através do batistério, documento emitido pela Igreja Católica a todos aqueles que fossem batizados. (...) As famílias carentes viam a possibilidade de empregar seus filhos como uma das saídas para a obtenção de recursos, mesmo que elas ganhassem pouco. Diante da necessidade econômica, poucos eram os pais que abdicavam do ganho infantil. As crianças eram privadas dos momentos de lazer, da educação, do descanso, e levadas a participarem da produção fabril, ignorando a falta de segurança e os riscos que corriam no desenvolvimento dessas atividades. (SILVA e SANTOS)

Uma das antigas funcionárias assegura que a possibilidade de empregos que a fábrica gerava atraía até mesmo pessoas vindas dos campos, que não tinham mais como sobreviver nos engenhos e nem eram incorporadas pela Usina Santa Maria. Ao mesmo tempo, ela relata o processo de exploração e exclusão a que eram submetidos⁵¹:

Ah! Tinha muita gente que ia procurar emprego na fábrica, só que num dava pra todo mundo. O povo dos sítios, dos engenhos, tudo ia lá vê se conseguia um emprego, mas num dava pra quem queria... era mais de 200 pessoas trabalhando lá! Agora, a gente trabalhava! Quem tinha medo de trabalho nem chegava perto. E a gente num tinha direito a muita coisa, não. De vez em quando acontecia acidente e ninguém falava nesses negócios de direito, não. Ainda assim, uns funcionários moravam em casas da fábrica, onde hoje é a Vila Operária. Eu não, eu nunca morei lá, não. (Antiga funcionária da fábrica, em 2013)

Um dos momentos de luta por melhores condições de trabalho e salários ocorreu em 1965, com o movimento grevista que levantava a problemática da questão feminina na fábrica, uma vez que elas eram obrigadas a continuarem suas atividades até os últimos dias da

⁵¹ Entrevista concedida em maio de 2013.

gravidez, restando-lhes o direito de ficar em casa apenas durante os primeiros dias do resguardo (FÉLIX, 1986). De acordo com a antiga funcionária entrevistada, as 24 horas que duraram o movimento foram capazes de assegurar às mulheres o direito de se ausentar do trabalho antes e depois do nascimento da criança.

Não era como é hoje, que a mulher passa um tempão em casa quando tá pra ter menino, mas se comparando com o que era antes, ôxe! Mudou muito. Se a mulher grávida tivesse se sentindo mal, faltava o trabalho e recebia pelo dia. Quem pensava que isso ia acontecer ali dentro? Eu nunca tinha visto.

Outro movimento que teve como principais protagonistas os grupos de trabalhadores, e diz respeito à Fábrica ocorreu em 1981 quando, após a declaração de falência os bens, que deveriam ser leiloados, sofreram intervenção dos operários. O conjunto habitacional conhecido como Vila Operária foi reivindicado pelos funcionários que ocupavam as casas, contando com a participação de moradores e estudantes da Universidade Federal (FÉLIX, 1986).

Com o término das atividades na Fábrica de Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A e da Usina Santa Maria, o campo e a cidade passaram a vivenciar dificuldades consideráveis que repercutiam nos vários aspectos da vida da população. O comércio sofreu forte queda⁵², o número de habitantes foi, gradativamente sendo reduzido (tanto no campo como na cidade), e áreas periféricas foram se ampliando⁵³.

⁵² Essa afirmativa é feita por um dos antigos funcionários da usina, que assegura que “o comércio afracou mais porque foi muita gente sem ter como comprar. Zé Romeiro mesmo, que mora de frente da Praça do Trabalho, perto de João Lulu, ele foi um que fechou as portas da venda. Sem contar que aqueles ‘barracão’ que ‘negociava’ lá perto da usina, tudo se acabou. Eu mesmo, vou lhe dizer, lá de casa trabalhava eu, meus dois irmãos e pai, e a gente num teve direito a nada, não. Quando se veio saber que o povo tava conseguindo terra, a gente foi falar com o advogado, mas ele disse que já fazia mais de dois anos, aí a gente num tinha direito a mais nada. Por isso meu pai, eu e meus irmãos passamos um tempo de dificuldade, arruma um negócio pra fazer aqui, um bico ali, e assim a gente seguiu. Mas foi difícil”. (Entrevista concedida no dia 25 de abril de 2013). Entretanto, essas abordagens que atribuem a fragilização do comércio à falência da Usina Santa Maria e à Fábrica de Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A é questionada por uma moradora da cidade de Areia. Ela afirma que “o comércio, entre 1960 e 1970 era pequeno. Aliás, a cidade era bem menor. Eu vou lhe dizer quais são os estabelecimentos que eu me lembro, no centro: na Rua Santa Rita só tinha a Bodega de Pedro Freire e a bodega de Seu Edésio Sales; na Rua Coelho Lisboa tinha a sapataria de Edvar e subindo um pouquinho tinha a bodega de Zé Teixeira; perto da Praça Pedro Américo ficava a bodega de Seu Deroci, mais pra cá a bodega de Seu Bevenuto, mais pra cá a loja de tecidos de Antônio Veado, mais pra cá a padaria de Seu Edgar, em frente a Seu Deroci ficava a loja de tecidos de Seu Américo Perazzo (um italiano), do outro lado era a farmácia de Dona Dilza, a relojoaria de Zé Ribeiro, a loja de tecidos de Dona Emilinha; e na Rua do Teatro, a padaria de Seu Antônio Seboso”. (Entrevista concedida no dia 27 de abril de 2013)

⁵³ De acordo com o IBGE, em 1950 (período de desenvolvimento produtivo da Usina Santa Maria e da Fábrica de Fiação Arenópolis S/A), o número de habitantes no município de Areia era de 46.300, distribuídos entre a zona urbana e zona rural. Esse número apresenta significativa queda em 1990 (poucos anos após a falência das referidas usina e fábrica), computando 28.130 habitantes. Com relação à ampliação de zonas periféricas, segundo o secretário de infraestrutura de Areia (entrevista concedida em novembro de 2012), os exemplos mais

Segundo uma das moradoras da cidade de Areia⁵⁴:

Depois que a fábrica fechou e a usina foi à falência, houve um aumento significativo de pessoas pedindo nas portas. Era gente demais pedindo! E iam até pra outras cidades... Eu lembro também que na usina, alguns trabalhadores tiveram direito a um pedaço de terra (é onde hoje fica a Vila do Caroço). Teve um período que a Usina prosperou tanto que os donos mandaram derrubar os casebres e construir, pra os moradores, casas de alvenaria. Essas casas, depois da falência, ficaram com eles [os trabalhadores], junto com um pedaço de terra pra plantarem. Mas também teve alguns trabalhadores da fábrica e da usina (principalmente da usina) que foram embora pra outros Estados. Era uma situação triste porque eles deixavam aqui as famílias, e vinham visitar de tempos em tempos. (J. R. moradora de Areia, 2013)

Diante do exposto, pode-se observar que a dinâmica territorial desenvolvida em Areia, do século XIX ao século XX foi diversificada, ora com predominância das atividades desenvolvidas no campo, ora com destaque para as atividades implementadas nas cidades. Entretanto, o que se observa é que há, em todos os momentos relatados, a articulação entre o rural e o urbano na construção da teia econômica e social empreendida, aspecto que suscita questionamentos sobre a visão separatista que pretende a análise do rural e do urbano de forma dissociada. Esses dois espaços que constituem o município areiense (o urbano e o rural) são complementares e dependentes, não só no tocante às questões econômicas e sociais, como também no que se refere às relações de poder, às formas de resistência empreendidas na localidade e às simbologias que revestem o espaço.

Segundo WANDERLEY (2002), em períodos anteriores, o rural é visto como oposto do urbano, e preconceituosamente entendido como espaço periférico por se encontrar isolado e apresentar precariedade de infraestrutura. Em Areia, os senhores de engenho, detentores de poder político, econômico e de posição social destacada, investiam em construções na área urbana (ALMEIDA, 1980) como forma de ostentação de riquezas e de diferenciação dos demais que habitavam o campo. Possuir um sobrado no centro da cidade era uma forma de ostentar sua condição social e sua influência econômica e política na localidade. Portanto, esses senhores não seriam simples moradores do campo, pois possuir imóveis no centro de Areia lhes retirava do lugar comum, assegurando-lhes visibilidade, respeito e poder.

O rural requer uma análise ampla, sendo considerado dentro do contexto histórico que o nutre de significância e valores, e em consonância com o restante do território do qual faz

emblemáticos que têm ligação com o contexto descrito são a ocupação da área de encosta que hoje recebe o nome de Bairro da Jussara e o crescimento da Rua São José, também em região de declive.

⁵⁴ Entrevista concedida em 25 de maio de 2013.

parte. O curso das transformações que acompanha cada época possibilita a formulação de novos olhares sobre os espaços de vida onde ocorrem as construções econômicas, as relações sociais, as reivindicações por mudanças ou os movimentos de reprodução do sistema estabelecido.

Com a implantação da Usina Santa Maria, cujo período de atuação vai de 1931 a 1984 (FIÚZA, 1999), assiste-se a uma nova configuração econômica no campo. Embora continuasse assentada na concentração de terra e na exploração do trabalhador (características presentes nos engenhos), houve a modernização da agricultura local na busca de atender às demandas de um mercado que sofria interferências do contexto internacional⁵⁵. Esse processo de implantação de usinas na região Nordeste era motivado pelo apoio do Governo Federal, por meio do Programa Nacional do Alcool⁵⁶ (Proálcool).

Foto 12: Formas de ocupação do espaço rural areense: antiga Usina Santa Maria e atual Vila do Caroço



Arquivo pessoal: Carlos Trajano



Arquivo pessoal: Vanderleia dos Santos, 2013

No tocante à condição a que eram submetidos os trabalhadores, com a efetivação da usina, além da exploração, eles foram perdendo os vínculos identitários com os espaços que antes

⁵⁵ Na década de 1970, ocorreram as chamadas “crises do petróleo” que elevavam o preço do produto a valores recordes (FAUSTO, 1995).

⁵⁶ O Programa Nacional do Alcool foi criado em novembro de 1975, em plena vigência do governo militar, sob o comando do General Geisel. O propósito de sua criação era incentivar a produção de álcool no Brasil que pudesse ser usado como combustível para veículos, sendo uma alternativa na tentativa de driblar a crise do petróleo no Brasil (FAUSTO, 1995).

ocupavam, onde construía suas moradias, viam crescer os filhos e de onde nutriam o sentimento de pertencimento. Obrigados a se retirar dos territórios de outrora para ceder espaço à cana, pela qual reclamava voraz o maquinário da usina, os moradores se desfaziam de uma parte de sua história.

Diante do exposto chega-se à conclusão de que o desenvolvimento que ocorreu no município areiense entre o final do século XIX e na primeira metade do século XX não esteve assentado em princípios democráticos, nem na garantia das liberdades. O desenvolvimento que ocorreu na região tinha como metas principais o crescimento econômico e o beneficiamento de uma elite agrária e comercial em detrimento da exploração e exclusão de grupos de trabalhadores que, de forma sucinta, mas expressiva, esboçaram ações que demonstravam seu desagrado com a situação de marginalização a que eram submetidos.

Com relação às dinâmicas territoriais encontradas no município de Areia da segunda metade do século XX até os anos iniciais do século XXI, pode-se dizer que são, em parte, um retorno a antigas práticas econômicas, como atividades voltadas ao comércio e a confecção de produtos com base na cana-de-açúcar, nos engenhos. Entretanto, dentro de um novo contexto que se descortina. A essas duas formas de condução da economia areiense se une o amplo desenvolvimento da Universidade Federal da Paraíba, Campus II que, ao ampliar a quantidade de cursos de graduação, mestrado e doutorado, atrai grande número de habitantes temporários, fazendo crescer os empreendimentos imobiliários e tornando mais vistosas as iniciativas comerciais do local (SILVA, 2011).

Foto 13: Centro comercial: início do século XX e início do século XXI



Fonte: acervo pessoal de José Henrique



Fonte: Luciana Gomes da Silva, 2010

O centro da cidade, que tem desde sua formação, abrigado os principais estabelecimentos comerciais, apresenta um considerável aumento no número de casas